



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADAS NOS DIAS 12 E 13 DE NOVEMBRO DE 2015

1 No dia 12 e 13 de novembro de 2015 realizou-se a 11ª Reunião Ordinária do Conselho
2 Nacional dos Direitos Humanos, na Sala Plenária do 10º andar da Secretaria Especial de
3 Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos
4 Humanos, em Brasília/DF, com os seguintes pontos de pauta: abertura da reunião e
5 apresentação da Ministra do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos
6 Direitos Humanos, aprovação da ata da 9ª Reunião Ordinária, informes da Mesa
7 Diretora das Comissões e da Conferência Nacional dos Direitos Humanos, PEC 215
8 (prevê transferir ao Congresso o poder de demarcar as terras indígenas), ADI 5.357
9 (Direito à Educação das Pessoas com Deficiência), encaminhamentos para a execução
10 das cobranças sobre a Resolução 08/12 CDDPH (autos de resistência), apoio ao PL
11 4471/12, Audiências de Custódia, definição da data das reuniões das Comissões,
12 relatório sobre as violações dos direitos Humanos na Construção e Operação de
13 Barragens (CDDPH), relato sobre situação dos projetos contra os direitos humanos pela
14 Deputada Federal Erika Kokay, visita aos Centros Socioeducativos do Estado do Ceará,
15 e análise da ADI 2404, que trata da classificação indicativa dos programas de televisão.
16 Estiveram presentes na reunião os conselheiros **representantes da sociedade civil:**
17 **Ivana Farina Navarrete Pena** (Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do
18 Ministério Público dos Estados e da União - CNPG, titular); **Cristian Trindade Ribas**
19 (Coletivo Nacional de Juventude Negra - ENEGRECER, titular); **Everaldo Bezerra**
20 **Patriota** (Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, suplente); **Adelar Cupsinski**
21 (Conselho Indigenista Missionário - CIMI, titular); **Leonildo José Monteiro Filho**
22 (Movimento Nacional da População de Rua - MNPR, titular); **Darci Frigo** (Plataforma
23 de Direitos Humanos - Dhesca – Brasil, titular); **Maria Madalena Nobre** (Federação
24 Brasileira das Associações de Síndrome de Down - FBASD, suplente); **Carlos Magno**
25 (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais -ABGLT,
26 titular); **Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes** (Movimento Nacional dos Direitos
27 Humanos – MNDH, titular); **Vera Silvia Facciolla Paiva** (Conselho Federal de
28 Psicologia CFP, titular); **Helena Martins do Rêgo Barreto** (Intervezes – Coletivo
29 Brasil de Comunicação Social, titular) e **Edson Luís de França** (União de Negros pela
30 Igualdade – UNEGRO, suplente). Como conselheiros **representantes do Poder**
31 **Público estiveram presentes:** **Ministra Nilma Lino Gomes** (Ministério das Mulheres,
32 da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos); **Secretário Rogério Sottili** (Secretaria
33 Especial de Direitos Humanos, titular); **Pedro Saldanha** (Ministério das Relações
34 Exteriores – MRE, suplente); **Bruno Vinícius Arruda** (Defensoria Pública da União –
35 DPU, suplente); **Paulo Roberto Maldos** (SEDH/PR, suplente); **Thiago Garcia**
36 (SDH/PR, suplente) **Aurélio Rios** (Procuradoria Geral da República, suplente) **Luciano**
37 **Mariz Maia** (Procuradoria Geral da República, suplente); **Mário Henrique Dittício**
38 (Ministério da Justiça, suplente); **Diana Mann** (Departamento de Polícia Federal,
39 suplente); **Luciana Lóssio** (Conselho Nacional de Justiça – CNJ); **Silvana Abramo**
40 (Conselho Nacional de Justiça - CNJ, suplente); **Haman Tabosa de Moraes e Cordova**
41 (Defensoria Pública da União, titular); **Bruno Vinícius Batista Arruda** (Defensoria
42 Pública da União, suplente). Estiveram presentes pela **Coordenação do CNDH:**



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

43 **Cledisson Junior** (Coordenador-Geral do CNDH); **Cristiane Castro da Cruz**
44 (assessora do CNDH); **Cláudio Picanço Magalhães** (assessor do CNDH). A reunião
45 contou também com a presença dos **participantes: Rosane Farias Silva** (apoio ao
46 CNDH); **Anderson da Silva Soares** (apoio ao CNDH); **Igor Valois** (PFDC/MPF);
47 **Bruna Lóssio** (assessora – CNJ); **Luana Natielle** (Plataforma de Direitos Humanos –
48 Dhesca Brasil); **Frances Mary** (SEPPIR); **Thaís Passos** (SEDH); **Cláudia Bonalume**
49 (SEDH); **Caroline Reis** (SEDH); **Mariana Rose** (Câmara dos Deputados) e **Érika**
50 **Kokay** (Câmara dos Deputados). Dando início à 11ª Reunião Ordinária o Presidente do
51 CNDH **Rogério Sottili** (SEDH) desejou bom dia a todas e todos, falou que se sente
52 honrado de poder estar presidindo à 11ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos
53 Direitos Humanos. Em seguida passou a palavra à Ministra Nilma Lino Gomes
54 (Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos). A **Ministra**
55 **Nilma Lino** (MMIRDH) desejou bom dia a todas e todos. Disse que, como professora
56 e pesquisadora, já leu e falou muito sobre a atuação do CNDH e que agora se encontra
57 trabalhando junto com os conselheiros. Ressaltou que gostaria inicialmente de falar do
58 que vem fazendo em conjunto com o Secretário Rogério Sottili, no Ministério e na
59 Secretaria. Disse que as pastas que tinham status de Ministério eram frutos de lutas
60 muito específicas e históricas. Falou que a Presidenta Dilma resistiu em fazer essa
61 junção e foi até o último momento resistindo, mas chegou um momento que teve que
62 tomar essa decisão, e todos sabem que nem sempre as decisões são as mais simpáticas.
63 Quando sugeriram que o nome que queriam dar ao novo Ministério seria Cidadania, as
64 Ministras solicitaram a manutenção dos nomes das Secretarias para não enfraquecer as
65 pautas e dar maior visibilidade. Então deixou Mulheres, Igualdade Racial e Direitos
66 Humanos. Então, disse que o desafio no momento, com esse novo Ministério e dar um
67 passo a frente, pensando as pautas conjuntamente, fazendo com que os Conselhos
68 dialoguem. Quanto à Presidência do CNDH, esta ficará a cargo do Secretário-Especial
69 Rogério Sottili, para que ele acompanhe o Conselho, e a Ministra participará sempre
70 que possível. Relatou que é professora de graduação e pós-graduação da Universidade
71 Federal de Minas Gerais, da faculdade de Educação, e sempre atuou na área de política
72 educacional, movimentos sociais, gênero e raça, tanto na vida acadêmica e nas suas
73 produções, como também na vida política. Esteve sempre perto dos movimentos sociais,
74 em destaque o movimento negro e movimento de mulheres negras. Foi também
75 conselheira do Conselho Nacional de Educação. Concluiu dizendo que queria trazer
76 para o colegiado sua apresentação e dizer do carinho e respeito que tem por todos, que
77 sabe da dureza dos temas que são discutidos e que a intenção é que o Ministério possa
78 fortalecer as ações. O Presidente do Conselho **Rogério Sottili** (SEDH) agradeceu à
79 Ministra, e pediu para que fizessem o uso da palavra rapidamente. O conselheiro **Darci**
80 **Friço** (Plataforma DHESCA) saudou a Ministra Nilma Lino em nome das
81 organizações da sociedade civil e o Secretário Rogério Sottili. Disse que tiveram uma
82 experiência muito exitosa com a construção do PNDH3 e a estruturação da Secretaria de
83 Direitos Humanos no período da gestão do Ministro Paulo Vannuchi, na qual o
84 Secretário fez parte. Disse que, apesar da descontinuidade de gestão dentro da Secretaria
85 de Direitos Humanos, estão firmes e decididos a levar a diante a missão do CNDH.
86 Disse esperar que o Ministério possa tencionar para dentro do Estado as questões de
87 Direitos Humanos e não apenas uma função de obediência ao Governo. Falou que as
88 forças conservadoras e de retrocesso estão nesse momento ganhando espaço e por isso



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

89 precisam fortalecer parcerias, alianças. O Presidente do CNDH **Rogério Sottili (SEDH)**
90 agradeceu ao conselheiro Darci Frigo e passou a palavra ao conselheiro **Luciano Mariz**
91 **Maia (PGR)** que desejou boas vindas à Ministra. Disse que o Conselho foi criado 15
92 dias antes do golpe de 64. Ressaltou que ter o recorte de gênero e o recorte de raça e
93 cor, na perspectiva global dos Direitos Humanos é essencial para avançar a democracia.
94 Disse que será um desafio imenso a atuação da Procuradoria Geral da República, do
95 Ministério Público Federal e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, pois é
96 uma atuação que não se esgota em uma participação formal nos pronunciamentos
97 judiciais no Supremo, nos órgãos dos Tribunais Superiores e também do Conselho
98 Nacional do Ministério Público, mas a Procuradoria Federal do Cidadão também realiza
99 uma articulação com todas as esferas de governo e com toda a Sociedade Civil. Nesse
100 sentido, a Procuradoria tem sido parceira tanto da Secretaria de Direitos Humanos
101 quanto da SEPPIR e da Secretaria das Mulheres. O Presidente do CNDH **Rogério**
102 **Sottili (SEDH)** agradeceu o conselheiro Luciano Mariz Maia e passou a palavra para o
103 conselheiro **Haman Tabosa (DPU)**. O conselheiro desejou sucesso à Ministra nesse
104 desafio, disse que são três pastas muito importantes e que a Defensoria Pública da
105 União têm trabalhos desenvolvidos com as três, disse ainda que estão irmanados e que a
106 Defensoria Pública da União é uma instituição permanente, oficial do Estado que tem
107 por missão promover e proteger os Direitos Humanos extraído do próprio texto do
108 artigo cento e trinta e quatro da Constituição Federal. A conselheira **Silvana Abramo**
109 **(CNJ)** agradeceu à Ministra e disse que o trabalho do Conselho vem se consolidando
110 em uma ação conjunta de todas as unidades dos órgãos públicos, dos Três Poderes e da
111 Sociedade Civil e vêm crescendo no sentido de apontar as questões cruciais dos Direitos
112 Humanos. Disse que todos sabem do retrocesso e das dificuldades enfrentadas, mas
113 mesmo assim o CNDH avançou com a aprovação de seu Regimento Interno, com a
114 definição e trabalhos das comissões, sempre buscando superar e encontrar alternativas
115 concretas para os problemas. O Presidente do CNDH **Rogério Sottili (SEDH)**
116 agradeceu a conselheira Silvana Abramo e passou a palavra para a Ministra fazer suas
117 considerações finais. A **Ministra Nilma Lino Gomes (MMIRDH)** agradeceu as pessoas
118 que se manifestaram representando o Conselho, e disse que todas as lutas coincidem em
119 muitos aspectos e os Direitos Humanos lutam por direitos de sujeitos excluídos de
120 vários processos. Relatou que esteve com o Secretário Rogério Sottili em uma reunião
121 de gestores de Direitos Humanos em São Paulo e conversou repensando em uns teóricos
122 de que quando se atua na área dos movimentos sociais, principalmente quando se
123 trabalha com o Estado, muitas vezes se tem embates e uma necessidade de uma
124 capacidade de articulação e negociação. Disse que construíram uma pedagogia do
125 conflito e gosta muito dessa ideia da pedagogia do conflito, não porque é educadora,
126 mas entende que a educação não é só escolar e que neste caso é um processo educativo,
127 que nos reeducamos a cada momento na cultura, nas tensões, na política e nas lutas
128 contra as desigualdades. Citou Paulo Freire, que diz que o oprimido na luta contra a
129 opressão, se reeduca e constrói formas de libertação da opressão que vive. Pontuou que
130 gosta desse autor porque ele fala do objetivo de formar subjetividades inconformistas e
131 rebeldes contra toda e qualquer forma de opressão e discriminação. O objetivo é que o
132 governo diga que “todos são sujeitos de direitos”, principalmente aos grupos mais
133 vulneráveis. Relatou que a maior luta nos Direitos Humanos, na política e na ação dos
134 Movimentos Sociais é a questão estrutural que vem desde o descobrimento e a partir



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

135 disso começou toda a ideia de racialização, que separa entre quem é humano e quem
136 não é humano. Finalizou dizendo que o que mais fascina é o fato da diferença nos tornar
137 também mais humanos. O conselheiro **Carlos Magno (ABGLT)** sugeriu que seria
138 muito importante que tivessem algum informe do Ministério sobre o desastre de
139 Mariana. A **Ministra Nilma Lino Gomes** disse que foi em uma comitiva articulada
140 entre a Secretaria de Direitos Humanos e a Secretaria de Política de Promoção e
141 Igualdade Racial, em uma atividade já do novo Ministério. Lá encontraram mais de três
142 dimensões. Tinha a pobreza, tinha uma grande maioria de pessoas negras e explicou que
143 em Mariana setenta por cento da população daquela região é composta por negros e é
144 uma região de muitos quilombos ainda não reconhecidos. O Ministério constatou que
145 várias questões dos Direitos Humanos estavam sendo feridas ali, na forma como o
146 desastre aconteceu, e toda relação que já tinha anteriormente com a empresa. Foi
147 constatada pela equipe uma cena muito dramática e segundo a empresa ela está
148 prestando nesse momento o dever dela, de colocar as pessoas em hotéis. O Prefeito da
149 cidade não concordou que as pessoas ficassem em galpões como muitas vezes ficam e a
150 empresa teve que assumir e colocá-las em hotéis. A equipe perguntou as pessoas se
151 estariam recebendo tratamento digno, e elas não reclamaram. Disse ainda que fizeram
152 uma reunião com representantes do Governo do Estado, da Prefeitura, do Ministério
153 Público e da empresa. Conversou com as pessoas atingidas, entrou nos hotéis e ouviu as
154 pessoas. Relatou que falou tanto para imprensa quanto para os grupos que estavam lá
155 representados que teria que ter uma melhoria no canal de comunicação com aquelas
156 pessoas, porque precisam ser informadas do que está acontecendo. Pontuou que o
157 momento era de tanta tensão que o Prefeito passou mal, teve que ser internado, e
158 quando ela esteve lá, o Prefeito estava internado no hospital com uma crise forte de
159 tensão. Disse também que levaram o protocolo conjunto do Governo Federal e
160 perguntou ao presidente do CNDH **Rogério Sottili** se era do conhecimento de todos os
161 conselheiros esse protocolo, ele disse que é do conhecimento do Conselho. A **Ministra**
162 **Nilma Lino Gomes** explicou que é um protocolo conjunto do Governo Federal, uma
163 articulação entre vários Ministérios. O Protocolo envolve uma ação conjunta do
164 Governo Federal para superar, lidar e tratar com situações de tragédia, de risco, de
165 desastres que envolvam crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência,
166 principalmente. O Protocolo instituiu um Comitê Gestor Nacional e o estímulo de que
167 nos estados e nos municípios possam ter comitês locais e há uma adesão do estado e do
168 município a esse protocolo. O Estado de Minas Gerais já fez a adesão, e que agora o
169 trabalho é pensar dentro da institucionalidade do protocolo e estimular para que os
170 comitês locais sejam organizados. Disse que a Presidenta Dilma estava sobrevoando a
171 região e enviaram para ela a ata da reunião do Comitê Nacional, para que ela tivesse
172 essa visão do todo, do que os diferentes Ministérios estão atuando e programando para
173 ação, na perspectiva dos Direitos Humanos. Pontuou que terão muito trabalho pela
174 frente, na área dos Direitos Humanos em relação à Mariana e região e o Governo tem
175 uma série de ações que já estão sendo tomadas. O Presidente do CNDH **Rogério Sottili**
176 **(SEDH)** agradeceu a Ministra, disse que tinha algumas informações, mas queria deixar
177 a Ministra à vontade para retirar-se da reunião e agradeceu a sua presença. O Presidente
178 do CNDH **Rogério Sottili (SEDH)** disse que como a Ministra relatou, foi assinado um
179 protocolo e esse protocolo seria aderido de forma espontânea pelos estados e
180 municípios. O Protocolo permite uma cooperação entre a União, o Governo Federal e o



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

181 estado de Minas Gerais no que diz respeito a desastres naturais e essa cooperação seria
182 tratada em princípio de forma preventiva e ocorrendo um desastre natural, seriam
183 acionados imediatamente os órgãos do Governo Federal e dos Estados para discutir uma
184 ajuda mútua. Explicou que na verdade esse Comitê e esse protocolo previam a criação
185 do Comitê Nacional de acompanhamento de desastres naturais e esse Comitê pouco se
186 reuniu, e a questão da parte preventiva, pouco contribuiu em relação a isso, de toda
187 forma, imediatamente após a visita da Ministra à região, o Comitê Nacional se reuniu,
188 participam a Secretaria de Direitos Humanos, o Ministério da Integração Nacional, o
189 Ministério da Saúde, o Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Justiça, o
190 Ministério da Educação, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério do
191 Meio Ambiente e o Ministério da Defesa, todos esses órgãos se reuniram para discutir a
192 situação de Mariana. Foi detectado em primeiro lugar, que era necessário ser declarado
193 o estado de calamidade pública, pois possibilitaria a ajuda do Governo Federal em
194 várias ações e o repasse de recursos do Ministério da Integração Nacional para o
195 Município, para o Governo do Estado, para a reconstrução de pontes. No que diz
196 respeito à saúde, disse que existe uma preocupação muito grande em relação à
197 quantidade de produtos tóxicos que poderiam ser ingeridos pelas populações com a
198 lama que veio das barragens. Também foi articulada, com a participação da empresa e
199 do Governo de Estado, a distribuição de carros pipas. Foi realizado o levantamento de
200 pessoas que utilizam medicamento de uso contínuo e feita uma distribuição para
201 reposição desses medicamentos. Também houve um relato da área de saúde mental,
202 muito preocupante, com o impacto que isso poderia causar às pessoas. A empresa havia
203 contratado um atendimento de acompanhamento psicossocial às famílias. O Ministério
204 da Saúde disponibilizou um técnico para auxiliar o município em um plano de ação
205 emergencial, no que diz respeito a questões de saúde mental. Ressaltou que seria
206 importante dizer que o Governo do Estado esta muito bem articulado no que diz
207 respeito ao atendimento a saúde e as outras questões. Colocou que o Governo do Estado
208 não está passivo, não está tratando como uma questão periférica. Disse que muitas das
209 questões colocadas em reunião o governo do estado já tinha tomado iniciativa em
210 relação a isso. Houve a liberação do FGTS para os atingidos. Disse que o Conselho
211 tutelar de Mariana esta acompanhando todo o atendimento às crianças e aos
212 adolescentes e o disque 100 da Secretaria de Direitos Humanos passou a contar com
213 uma área específica para tragédia. Disse que o Ministério de Desenvolvimento Social e
214 o Ministério do Desenvolvimento Agrário estão negociando e articulando um mutirão
215 para retirada de documentos para os trabalhadores rurais da região. Disse que houve
216 uma informação que haveria demissões em massa de todos os trabalhadores da empresa
217 e isso não seria verdade. Disse que o Ministério do Trabalho fez contato com a empresa
218 e não existe nenhuma possibilidade disso ocorrer. Segundo informações da empresa
219 todos estariam de licença remunerada. O conselheiro **Darci Frigo (Plataforma**
220 **DHESCA)** informou que a conselheira Maria Dirlene esteve no local e encaminhou um
221 documento com uma série de solicitações e acha que na hora do ponto de pauta, têm que
222 voltar ao documento. O conselheiro **Rogério Sottili (SEDH)** disse que antes de abrir
223 formalmente a décima primeira reunião ordinária do Conselho Nacional dos Direitos
224 Humanos queria primeiro agradecer muito a Vice-Presidente do CNDH, Dra. Ivana
225 Farina, que conduziu nesse período de grandes indefinições muito bem todo o Conselho
226 e disse que estará sempre presente para poder apoiar, ajudar e para que esse Conselho



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

227 produza os melhores resultados e que possam fazer avançar os Direitos Humanos no
228 país, disse que evidentemente não poderia participar de todas as reuniões, mas que faria
229 o possível para participar o máximo possível. A Vice-Presidente do CNDH **Ivana**
230 **Farina (CNPB)** relatou que o primeiro informe da Mesa Diretora, seria que o plenário
231 tinha deliberado que a Mesa Diretora pedisse uma reunião com o Secretário Rogério
232 Sottili e a Ministra. Foi solicitada a reunião, foi concedida, mas em virtude do
233 deslocamento de conselheiros que integram a Mesa Diretora e da impossibilidade de
234 outros em comparecer, apenas ela compareceu à reunião e disse que foi feito um
235 primeiro checklist entre os três, do que estava se passando no Conselho nessa transição,
236 de quais eram as maiores inquietações e, sobretudo, das reuniões das comissões. Passou
237 para o segundo informe que trata das reuniões da comissão dos indígenas e de violência
238 e que não aconteceram no dia anterior, por conta do contingenciamento de recursos, e
239 por isso está na pauta à reunião das comissões durante a Plenária. Disse que compareceu
240 ao Congresso para tratar da Medida Provisória que cria o novo Ministério. Disse que a
241 Ministra já tinha anunciado ao Conselho a paridade nos três Conselhos, todos três
242 seriam presididos pelos respectivos Secretários, e que isso seria colocado no texto da
243 Medida Provisória. O texto da medida provisória trata do orçamento das pastas que
244 foram aglutinadas de forma genérica e não está atrelada ao funcionamento de nenhum
245 Conselho. Todavia, o Conselho tem uma disposição legal expressa, que é contar com
246 uma rubrica orçamentária da SEDH. Então fez esse alerta aos senadores, que eram dois,
247 e deputados um, para dizer que seria uma disposição de lei que evidentemente tem que
248 ter efetividade e que poderá inclusive trazer facilidades para o funcionamento do
249 Conselho. Isso ficou na ata da sessão Plenária. Disse que posteriormente foi procurada
250 pelo Senador, Relator da Medida Provisória que disse que queria o texto da Lei. Por
251 fim, colocou em pauta o informe sobre o caso Manoel Mattos, em que recebeu uma
252 notícia de um dos integrantes da Dignitatis e deliberaram que a Comissão teria que
253 voltar à Paraíba e que o Deputado Luiz Couto, estaria sem proteção policial. O
254 representante da Dignitatis Noaldo Meireles procurou o STJ por meio da Dignitatis
255 para marcar uma Audiência com o Ministro. Disse que o Ministro relator, Navarro, que
256 tinha recém assumido a cadeira no STJ, pediu informações, para saber se a medida de
257 proteção tem que ser revigorada. Porém antes das informações chegarem, ele negou o
258 pedido. O conselheiro **Darci Frigo (Plataforma DHESCA)** comunicou que a Polícia
259 Federal também disse que se aparecesse algo novo, ficaria a disposição. A Vice-
260 Presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPB)** pontuou que essa situação, a Dignitatis
261 levará novamente à CIDH, para nova medida cautelar, já que aqui o caso foi arquivado,
262 disse que essa é uma situação nova e que deve ser discutida dentro da Comissão. O
263 Presidente do CNDH **Rogério Sottili (SEDH)** passou para os informes das comissões.
264 O conselheiro **Leonildo Monteiro (MNPR)** relatou que a Comissão Direitos da
265 População em Situação de Rua realizou uma Audiência Pública dentro do terceiro
266 Encontro Nacional da População em Situação de Rua com a participação de mais de
267 trezentas pessoas. Disse que foi muito importante, porque no começo, foi apresentada a
268 política para a pessoa idosa, para a mulher, para a população LGBT que estão nas ruas.
269 Mais de sessenta pessoas fizeram seus relatos das violações e demandas para a
270 Comissão. Uma das maiores violações aconteceu no próprio Terceiro Encontro
271 Nacional da População em Situação de Rua, onde, dentro do espaço, tiveram que se
272 sentar no chão, faltou alimentação, que era de má qualidade, e falta de estrutura no



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

273 local. O Presidente do CNDH **Rogério Sottili (SEDH)** questionou quem era o
274 responsável pelo espaço e o conselheiro **Leonildo Monteiro (MNPR)** respondeu que
275 foi o Governo do Distrito Federal. O encontro estava dentro do CIAMP Rua Nacional e
276 que tinham um acordo de construir um GT para a realização do Encontro. No final
277 apenas o Ministério da Saúde apoiou com os translado e a SEDH na articulação. O
278 Ministério do Desenvolvimento Social, que era para garantir a hospedagem e a
279 alimentação, acabou não apoiando. Disse que o Movimento está hoje em treze estados e
280 que precisam divulgar o que têm de políticas para as populações em situação de rua, as
281 violações e a violência. Ressaltou que infelizmente tiveram um problema da falta de
282 estrutura do espaço, considerou positiva a participação dele como representante do
283 Conselho Nacional dos Direitos Humanos, para sentir o que as pessoas sofrem nas ruas,
284 que é real e trazer ao colegiado, pois considera que essa população de rua é a minoria
285 dos movimentos e colocou que a própria Comissão solicite quais serão os
286 encaminhamentos, o que pode ser feito para que essa população de fato tenha acesso.
287 Relatou que na parte da tarde a tropa de choque da Polícia Militar invadiu o encontro,
288 porque do outro lado da rua tinha uns garotos fumando um cigarro ilícito, disse que um
289 apoiador do movimento, que é psicólogo e trabalha em Florianópolis saiu do evento e
290 foi até a tropa para registrar a abordagem dos policiais, quando o sargento da PM,
291 tomou o celular dele e começou a bater, falou que outras pessoas conseguiram gravar
292 essas cenas e o pessoal do evento foi para cima dando início a uma grande confusão.
293 Com isso tiveram que deixar o evento. Alguns foram ao Ministério Público e a Vice-
294 Presidente Ivana Farina os ajudou com a audiência com o Promotor de Justiça do
295 Distrito Federal. O Coordenador do CIAMP Rua Carlos Alberto, da SEDH, teve que ir à
296 delegacia acompanhar, e lá, segundo o conselheiro, a Polícia Militar inventou um monte
297 de situação que não existiram. O Juiz pediu cinco mil reais de fiança e tiveram que
298 correr atrás de parcerias, encaminharam para o Promotor todas as provas, trouxeram o
299 caso para a Ouvidoria da SEDH e relatou que todo o Movimento ficou muito triste que
300 isso tenha acontecido na capital, sabem que a polícia do DF está fazendo uma
301 higienização sistemática, retirando os moradores de rua da cidade e considerou uma
302 represália contra a população de rua. O Presidente do CNDH **Rogério Sottili (SEDH)**
303 agradeceu ao conselheiro Leonildo Monteiro e passou o informe para a conselheira
304 **Silvana Abramo (CNJ)**, que relatou a missão às unidades socioeducativas do estado do
305 Ceará. Disse que foram, ela, o conselheiro Aurélio Rios e lá encontraram com a
306 Comissão integrada pela conselheira Helena Martins. No primeiro dia, fizeram uma
307 reunião com a Sociedade Civil, na sede do CEDECA, onde havia mais de trinta
308 entidades. Ouviram os relatos e os pedidos de encaminhamento. No dia seguinte pela
309 manhã fizeram uma visita em três centros educativos, foram para a unidade São Miguel,
310 outro grupo foi para a unidade São Francisco e visitaram também uma unidade que
311 havia sido destruída na semana anterior por uma rebelião. Nessa visita houve o
312 acompanhamento, além dos diretores das unidades, do Secretário Josbertini Clementino
313 que é o Secretário da pasta responsável da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento
314 Social do Ceará, da Defensora Pública, membro do Ministério Público, da Procuradora
315 responsável pela área da infância e juventude e do Deputado Estadual Renato Roseno,
316 Na parte da tarde houve uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado do
317 Ceará. A sala da Audiência esteve lotada de participantes. A missão encontrou uma
318 situação gravíssima de superlotação, de problemas de saúde e principalmente de



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

319 violência contra os meninos. A visita foi em uma quarta-feira, e na sexta-feira da mesma
320 semana, estourou uma rebelião que destruiu as duas unidades visitadas. Relatou que
321 nessa Rebelião houve força policial e quatro meninos foram baleados, deste, um foi
322 submetido na madrugada a uma cirurgia, vindo a falecer. No sábado de manhã o
323 Governo do Estado transferiu esses meninos para uma escola, houve um trabalho
324 intenso em toda a sexta-feira, porque o Governo do Estado queria transferir os meninos
325 para um presídio militar desativado, o que é proibido, mas toda estrutura de organização
326 seria da Polícia Militar. As organizações da sociedade civil não aceitaram essa
327 alternativa. Finalmente, os meninos foram para duas escolas, No domingo, cento e
328 quarenta meninos foram para o presídio militar e cento e cinquenta permanecem no
329 pátio da escola. Concluiu que o Governo tem se mostrado bastante fechado e com
330 dificuldades de diálogos na busca de soluções. O Presidente do CNDH **Rogério Sottili**
331 **(SEDH)** agradeceu a conselheira Silvana Abramo, disse que estava acompanhando essa
332 situação desde a ida da Comissão até o Ceará. Disse que, após o retorno do GT, esteve
333 reunido com o conselheiro Aurélio Rios, com o secretário Rodrigo Torres, da Secretaria
334 da Criança e do Adolescente e fez contato com o Governo do Estado. O Governador
335 tinha sofrido uma cirurgia e falou com a Governadora Interina que é a Vice-
336 Governadora, relatando a preocupação da visita do Conselho e das pessoas que
337 visitaram. Disse que não foi uma conversa fácil, porque a situação não era simples.
338 Registrou a preocupação e levou para a Governadora umas três ou quatro possibilidades
339 que gostaria que eles avaliassem inclusive a possibilidade de transferência dos meninos.
340 Sugeriu que muitas penas poderiam ser revistas e colocados em regime semiaberto,
341 porque as unidades do interior são semiabertas, mas que depende da resistência do
342 sistema de Justiça local. Registrou que seria para o Conselho impensável a transferência
343 para o presídio e ela teria falado: “secretário, nós também não queremos, o problema é
344 que nós não temos alternativas. É uma unidade que esta desativada. Tentaremos
345 construir as melhores opções, enquanto os meninos ficarem na unidade por quarenta
346 dias.” Disse que estão construindo uma revisão do sistema socioeducativo local. A
347 conselheira **Helena Martins (INTERVOZES)** disse que é do Ceará e que tem
348 acompanhado esse tema desde o começo do ano, inclusive tem tentado trazer para o
349 Conselho essa deliberação da Sociedade Civil de lá, de provocar em âmbito nacional a
350 discussão sobre a situação porque de fato tem algumas questões que devem ser
351 pontuadas. Primeiro disse que discorda veementemente dessa avaliação do Governo do
352 Estado, pois a Sociedade Civil já conversou com o Governo várias vezes, a Vice-
353 Governadora Izolda Cela já recebeu a Sociedade Civil que atua diretamente nesse tema.
354 Ressaltou que não se trataria só do CEDECA, tem o fórum DCA que é um fórum de
355 vinte e cinco organizações que acompanham há pelo menos oito anos o sistema
356 socioeducativo do Ceará. Disse que não é verdade que o sistema socioeducativo seja
357 uma prioridade para o Governo do Estado. A situação é criminosa, levar os meninos
358 para um presídio é proibido. Mantê-los uma semana, dentro de uma quadra escolar, sem
359 fazer nada, cercado pelo batalhão de choque e por cachorros é um absurdo. Disse que
360 para quem acompanhou a Audiência Pública, assustou a postura do Secretário da STDS
361 que mentiu para o Secretário da Criança e do Adolescente, Rodrigo Torres, da SEDH,
362 pois disse que os adolescentes não seriam transferidos, para o Presídio Militar, quando
363 na verdade, já estavam sendo transferidos. Ressaltou que não é só um problema de falta
364 de transparência, é um problema de equívocos na Gestão. Lembrou que o atual



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

365 Secretário já era Secretário do outro Governo, não sendo um problema iniciado na
366 gestão atual. Disse que várias torturas foram denunciadas na Audiência Pública, sendo
367 ignoradas pelo Secretário. O conselheiro **Paulo Maldos (SEDH)** disse que esteve em
368 Fortaleza por conta da abertura da Conferência da Pessoa Idosa e que se reuniu com o
369 Secretário Jobestini e com o Secretário de Estadual de Direitos Humanos Demitri
370 Nóbrega. Disse que eles entregaram o Plano do Governo estabilizador do sistema
371 socioeducativo. O conselheiro **Paulo Maldos (SEDH)** disse que poderia colocar o
372 Plano a disposição de todos. Relatou que esteve também com o Deputado Estadual
373 Renato Roseno e com o Vereador João Alfredo, ouviu atentamente e eles têm
374 ponderações sobre o Plano de Estabilização. Reconhecem que tem pontos importantes
375 que podem ajudar realmente a melhorar o sistema, mas colocou que a situação é
376 emergencial. Solicitou ao Deputado Renato Roseno, um informe do ponto de vista dele,
377 de sugestões concretas que possam também trabalhar, dada a expertise dele no tema. O
378 Presidente do CNDH **Rogério Sottili (SEDH)** pediu ao conselheiro Paulo Maldos que
379 providencie cópias da proposta do Governo para todos os conselheiros e que fizesse
380 contato com o Secretário Rodrigo Torres para sua participação na reunião. Em seguida,
381 seguiu para os informes sobre as conferências. O conselheiro **Cristian Ribas**
382 **(ENEGRECER)** informou que tiveram uma reunião no dia anterior e explicou que há
383 uma grande preocupação por parte da Comissão com o processo de realização das
384 conferências, sobretudo com relação à convocação e a garantia da realização das
385 conferências estaduais nos vinte e sete estados. Apenas quinze convocaram as etapas
386 estaduais e desses quinze estados, alguns apresentaram data, porém não publicaram o
387 decreto. Disse ainda que a Comissão aprovou um documento que tem caráter de
388 cobrança para os gestores estaduais. Pontuou que há, sobretudo, o debate sobre a
389 logística da Conferência. Disse não saber se chegou a informação para todo o pleno do
390 Conselho, mas a SEDH entendeu, por questões estruturais, que não será construído um
391 documento base para as Conferências Estaduais. Então os próprios estados estão
392 construindo documentos para subsidiar os seus debates. Disse acreditar que isso irá
393 significar um prejuízo do ponto de vista de uma uniformidade de um debate político
394 sobre a agenda que se propõe a Conferência de Direitos Humanos. O Presidente do
395 CNDH **Rogério Sottili (SEDH/MMIRDH)** questionou se os conselheiros já haviam se
396 reunido com a Secretária Executiva Cláudia Bonalume e feito o levantamento dessas
397 informações. O conselheiro **Cristian Ribas (ENEGRECER)** respondeu que ela não
398 havia participado, pois se tratava de uma reunião da Comissão Organizadora e o
399 Presidente do CNDH Rogério Sottili disse que conversaria com a Cláudia Bonalume
400 para que faça uma nova reunião para avaliar como podem considerar as observações
401 produzidas pela Comissão Organizadora. O conselheiro **Cristian Ribas**
402 **(ENEGRECER)** concluiu que do ponto de vista de encaminhamentos sobre o processo
403 de acompanhamento das conferências, existem um conjunto de conferências já
404 marcadas. A Comissão avaliou que, a princípio, havendo disponibilidade, o conselheiro
405 local do estado iria acompanhar à conferência junto com um representante da SEDH. As
406 que não tiverem conselheiros locais, o colegiado definiria uma representação. O
407 Presidente do CNDH **Rogério Sottili (SEDH)** sugeriu que o conselheiro Darci Frigo
408 acompanhasse a Conferência do Mato Grosso do Sul e pediu que as sugestões de
409 representações em janeiro fossem feitas na próxima reunião em dezembro. Em seguida,
410 passou a palavra à conselheira **Lurdinha Nunes (MNDH)**, que frisou que a



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

411 preocupação dos movimentos sociais é que as conferências estão acontecendo
412 livremente, sem haver nenhuma convocação das conferências municipais e nem
413 territoriais. Disse ainda que estiveram em uma Audiência Pública no Amapá e lá havia
414 representantes do judiciário, do legislativo e Deputados Estaduais que assumiram o
415 compromisso de realizar a Conferência no estado. Frisou a importância da participação
416 da sociedade, mas disse que o Poder Público, principalmente na esfera Municipal,
417 ignora e não adota os Direitos Humanos como uma política. O conselheiro **Darci Frigo**
418 **(Plataforma DHESCA)** disse que esteve na reunião como suplente e não tem
419 acompanhado os trabalhos da comissão, mas quis manifestar sua preocupação, pois são
420 quinze estados que em princípio vão convocar conferências, mas não a fizeram ainda
421 formalmente. Disse que tem ainda doze estados que talvez nem venham a convocar a
422 sua conferência. Frisou que se preocupou com o fato de que a Conferência de Direitos
423 Humanos que ocorreu em Minas Gerais não apresentou uma metodologia definida.
424 Disse que tem coisas elementares para serem enfrentadas, porque é um processo de
425 mobilização muito grande. Relatou que por duas vezes o Conselho fez uma solicitação
426 de que houvesse uma reunião nacional, uma representação da sociedade civil e uma
427 governamental de cada estado, para que houvesse o processo de debate do tema e do
428 processo de mobilização e isso não aconteceu. O Presidente do CNDH **Rogério Sottili**
429 **(SEDH)** questionou se essa reunião proposta pelo Conselho não aconteceu por alguma
430 avaliação política ou orçamentária. A Vice-Presidente **Ivana Farina (CNP)** disse que
431 acha que o encaminhamento sequer se desdobrou, ficou só como proposta, sem
432 devolutiva, não chegou a ser negado. O Secretário Executivo do CNDH **Cledisson**
433 **Junior (CNDH-SDH)** explicou que assumiu o Conselho depois do processo de
434 encaminhamento dessa reunião, mas destacou que há um Comitê Gestor na SEDH,
435 composto pelos conselhos e pela Secretaria Executiva que veem acompanhando.
436 Existem mobilizadores nos estados contratados via consultoria, que tem feito esse
437 diálogo com os governos estaduais. Ressaltou que há algumas resistências pelo poder
438 público estadual, em detrimento ao desejo dos movimentos sociais de construção das
439 conferências. O Presidente do CNDH **Rogério Sottili (SEDH)** disse que é importante
440 que ele saiba das dificuldades, porque se tiver algum estado importante que seja
441 necessária uma ligação ao gestor, ele mesmo ligaria para o governador, para o Prefeito.
442 O conselheiro **Carlos Magno (ABGLT)** fez o informe da Conferência LGBT de Minas
443 Gerais e registrou a participação da SEDH representada pelo secretário Paulo Maldos
444 que participou ativamente. Esteve presente também Renato Simão, representando a
445 Presidência da República. A coordenadora LGBT, Symmy Larrat, representante do
446 Conselho, também participou da Conferência. Relatou também a Conferência de
447 Direitos Humanos de Minas Gerais que aconteceu nos dias cinco e seis de novembro de
448 2015. Nesta, não houve a participação de representantes do Governo Federal e a não
449 participação na Conferência, em sua avaliação, refletiu muito mal. Disse que participou
450 representando o Conselho e que o Secretário Executivo Cledisson Junior enviou o ofício
451 para a conselheira Maria Dirlene que não pôde comparecer, porque já tinha marcado
452 uma viagem anterior. Em sua avaliação foi uma Conferência de seguimentos,
453 disputando os seguimentos. Explicou que ficou o pessoal LGBT disputando a sua pauta,
454 negro disputando a sua pauta e o que já foi colocado pelo conselheiro Cristian Ribas é o
455 problema da metodologia que ainda não ficou definida e qual será essa metodologia que
456 vai unificar esses diferentes seguimentos para ter um debate comum em relação aos



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

457 direitos humanos. A Vice-Presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPB)** agradeceu e
458 passou a palavra para a Marina Lacerda, assessora da Comissão de Direitos Humanos da
459 Câmara dos Deputados. A participante **Marina Lacerda (CDHM-Câmara dos**
460 **Deputados)** informou que a Câmara dos Deputados tem duas vagas no Conselho, uma
461 para maioria e outra para minoria, e a princípio o deputado Paulo Pimenta que é o
462 Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e do Partido
463 dos Trabalhadores, se interessou em ocupar essa vaga da maioria. Só que o Presidente
464 da Câmara não concordou em indicar o deputado Paulo Pimenta porque hoje a bancada
465 da maioria da Câmara é composta pelo PMDB. A Vice-Presidente do CNDH **Ivana**
466 **Farina (CNPB)** perguntou se seria indicado um do PMDB, e a participante Marina
467 (CDHM-Câmara dos Deputados) respondeu que a escolha será do PMDB e não do PT,
468 mas por enquanto não indicaram nomes, nem para minoria. Fez, em seguida, um convite
469 aos conselheiros, para participarem da vigília em comemoração aos vinte anos da
470 Comissão de Direitos Humanos da Câmara, no dia nove de dezembro. Citou os diversos
471 retrocessos que a Câmara tem enfrentado como a questão da profilaxia da gravidez, a
472 PEC 215, o Projeto do Terrorismo, a revogação do estatuto do desarmamento, o estatuto
473 da família, que não são pautas da reunião, mas também estão prontos para irem ao
474 plenário na Câmara. A conselheira **Maria Madalena (FBASD)** trouxe o informe sobre
475 o sétimo Congresso Brasileiro de Síndrome de Down e o segundo Encontro Latino
476 Americano, que foi realizado na cidade de Curitiba de treze a quinze de outubro e que
477 duas conselheiras representaram o CNDH, Maria Dirlene e ela. O Congresso teve a
478 participação de mais de duas mil e quinhentas pessoas com síndrome de Down e suas
479 famílias em todas as atividades. O conselheiro **Darci Frigo (Plataforma DHESCA**
480 **Brasil)** disse que sentiu muito por não poder estar presente, pois não estava em Curitiba.
481 O conselheiro **Leonildo Monteiro (MNPR)** disse que faria um informe como
482 Conselheiro Estadual de Direitos Humanos. Disse que na última reunião plenária foi
483 solicitado para o Conselho Nacional dos Direitos Humanos um acompanhamento da
484 rebelião na Penitenciária Estadual de Londrina (PEL), onde as entidades tiveram
485 dificuldade no acesso às instalações, inclusive o próprio Ministério Público. A
486 conselheira **Lurdinha Nunes (MNDH)** relatou que também foi protocolado um
487 expediente questionando ao Governador sobre os casos de tortura que estão sendo
488 praticados e até agora não receberam nenhuma resposta. O conselheiro **Cristian Ribas**
489 **(ENEGRECER)** informou que entre os dias trinta e um de outubro a três de novembro,
490 foi realizado o Primeiro Encontro Nacional de Adolescentes Negros e Negras, com
491 algumas participações do Movimento Negro, entre elas o ENEGRECER. Disse que o
492 encontro cumpriu um papel muito importante, que mobilizou cerca de cinquenta jovens
493 das cinco regiões, com uma participação majoritária da Região Norte do país. O
494 encontro teve um caráter de construir subsídios para construção de um plano de trabalho
495 sobre o enfrentamento do racismo na infância e violações de direitos humanos junto a
496 crianças e adolescentes negros e negras. A UNICEF tem o entendimento de que na
497 última década as condições de vida, de garantia de direitos de crianças e adolescentes de
498 uma forma geral no Brasil avançaram, mas há uma parcela desse público, que ainda está
499 em condições de profunda violação de direitos humanos, essas parcelas são os grupos
500 de maior vulnerabilidade, criança e adolescentes negros, adolescentes LGBT,
501 adolescentes portadores de HIV e outros grupos de adolescentes em situações de
502 vulnerabilidade. Disse ainda que a iniciativa da UNICEF é de construir, em parceria



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

503 com o Movimento de Direitos Humanos, com outros Movimentos Sociais, uma agenda
504 para aprofundar a garantia de Proteção e Promoção de Direitos desses adolescentes
505 objetivamente nessas situações de maior vulnerabilidade. Em síntese, o encontro queria
506 criar subsídios para esse plano de trabalho, que vai atuar junto a esse público em 2016.
507 O conselheiro **Luciano Mariz Maia (PFDC)** relatou um informe referente à
508 participação em um seminário regional, promovido pelo Alto Comissariado das Nações
509 Unidas em Buenos Aires em outubro. O Comissariado realizou um Seminário regional
510 dedicado a conversar com instituições nacionais de Direitos Humanos, para tratar do
511 seguimento das recomendações feitas aos estados, parte na apreciação do relatório da
512 revisão periódica Universal. Pelo Brasil foram convidados a participar, na condição de
513 instituições nacionais de direitos humanos, o CNDH e a PFDC. Disse que foi pela
514 PFDC, conversou com Ângela Pires, que é assessora do Alto Comissariado no Brasil e
515 fez uma referência do Conselho Nacional dos Direitos Humanos nessa renovação, que
516 pela credibilidade que gozava o Conselho, tinha tudo efetivamente, para se converter em
517 uma instituição nacional de direitos humanos, reconhecida pelas Nações Unidas.
518 Questionou se o CNDH tinha conhecimento do Relatório de Meio Termo, produzido
519 pela SEDH e que seria bom o compartilhamento desse documento para o
520 acompanhamento pelo Conselho. Relatou que é necessário que o Conselho tenha um
521 maior diálogo com as estruturas do novo Ministério, como por exemplo, com o Comitê
522 e Mecanismo de Combate à Tortura. O Presidente do CNDH **Rogério Sottili (SEDH)**
523 agradeceu a fala do conselheiro Luciano Mariz Maia (PFDC), e disse considerar que o
524 conselheiro está coberto de razão, deixou registrado o reconhecimento de que estão em
525 um processo de construção, acha que essas adequações serão necessárias e terão que
526 construir cada vez mais um processo de articulação entre os vários órgãos. A
527 conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** reforçou a fala do conselheiro Luciano Mariz
528 Maia, afirmando que receberam uma demanda de acompanhamento do relatório sobre o
529 direito ao trabalho e tiveram muitas dificuldades na localização do fluxo desse
530 documento. Disse que o fluxo é burocratizado. Concluiu afirmando que o
531 acompanhamento dos relatórios e a possibilidade de construção coletiva desses
532 documentos, são essenciais. A Vice-Presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPJ)**
533 informou que na terça-feira foi designada para representar o CNDH a pedido do MNDH
534 e do CONDEPE, em uma Audiência Pública em São Paulo, sobre conselhos de direitos,
535 violência policial e as chacinas que aconteceram em São Paulo. A audiência aconteceu
536 em um anfiteatro, do lado de fora da Câmara Municipal de São Paulo. Não foi feita
537 divulgação para imprensa por opção dos próprios familiares das vítimas dessas
538 chacinas. Disse que a conselheira Silvana Abramo também esteve presente. Disse ainda
539 que a audiência se deu com os depoimentos mais graves, sobre como é que teria sido a
540 atuação da polícia naqueles atos de extermínio. As entidades da sociedade civil pedem
541 que, antes da audiência pública que será realizada em dezembro em São Paulo com a
542 participação do CNDH, aconteça uma audiência com o Secretário Estadual da
543 Segurança Pública, Alexandre de Moraes. O Presidente do CNDH **Rogério Sottili**
544 **(SEDH)** disse que recebeu uma denúncia de violência que ocorreu na USP, para análise
545 pelo CNDH. A estudante de nome Luiza e seu advogado relataram que ela sofreu
546 violência sexual no Campus e posteriormente sofreu várias ameaças de morte. Entregou
547 o processo para o Secretário executivo do CNDH Cledisson Junior, para a análise pela
548 Mesa Diretora. Disse achar que o CDDPH e agora o CNDH, tem que prezar por todo



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

549 respeito que construiu em sua história, e por isso, vão ter que escolher os casos mais
550 importantes, sabendo que toda violação deveria ser cuidada por um órgão como o
551 Conselho, mas infelizmente não é possível. Disse que está encaminhando esse processo,
552 para que seja feita uma análise da gravidade e se esse é um processo que deve ser
553 acompanhado pelo Conselho. A Vice-Presidente do CNDH **Ivana Farina (CNP)**
554 colocou em pauta a análise da PEC 215, que prevê transferir ao Congresso o poder de
555 demarcar terras indígenas. O conselheiro **Thiago Garcia (SEDH)** inicialmente falou
556 sobre o histórico da PEC, como está o processo dentro da Câmara e qual a situação atual
557 do trâmite. Em seguida, falou da questão do conteúdo da PEC215. A PEC215 trata-se
558 de uma Proposta de Emenda Constitucional apresentada no ano de 2000 pelo Deputado
559 Almir Sá, de Roraima. A proposta inicial se restringiu ao escopo da PEC, que seria
560 alterar o processo de demarcação de terras indígenas no Brasil, que é um processo
561 administrativo, uma prerrogativa do executivo. A PEC 215 tramitou durante quinze
562 anos, passou por cinco legislaturas diferentes e nesse trâmite, em várias Comissões da
563 Câmara acabou pensando várias iniciativas do Congresso relacionadas à pauta
564 indígena. Disse que em 2013 foi criada uma Comissão Especial para exame do mérito
565 da proposta, com a presença do Deputado Nilson Leitão, do Mato Grosso e a relatoria
566 do Deputado Osmar Serraglio, do Paraná. No geral, as audiências realizadas nos estados
567 não contaram com a participação indígena, e sim com produtores e com políticos locais,
568 que sempre se posicionaram contra as demarcações e o reconhecimento territorial dos
569 povos indígenas. No encerramento da legislatura anterior, em dezembro de 2014, o
570 Deputado Osmar Serraglio, concluiu o seu parecer, tentou votar na comissão especial,
571 mas não foi aprovado pela Comissão Especial, sendo arquivado. Em 2015, pelo trâmite
572 do Congresso, ao ser arquivado teria que ser criada uma nova Comissão Especial.
573 Porém, houve uma manobra do deputado Eduardo Cunha, que resgatou o parecer do
574 Deputado Osmar Serraglio que já estava arquivado, e fez vinte sessões de forma
575 açodada e sem nenhum diálogo com os povos indígenas e violando principalmente a
576 convenção 169 da OIT. Em outubro de 2015 conseguiram aprovar o relatório do Osmar
577 Serraglio na Comissão Especial. Uma vez aprovado o relatório, a PEC 215 irá ao
578 plenário da Câmara para ser votada. Após os dois turnos de votação da PEC 215, caso
579 aprovada, iria para o Senado e então o Senado fará a discussão. No ano passado a
580 FUNAI fez um trabalho no Senado e conseguiu um documento com quarenta e oito
581 senadores assinando contra a PEC 215. Caso aprovada, as instituições poderão entrar no
582 Supremo com uma ADI. A PEC 215 propõe que a FUNAI continue fazendo o trabalho
583 de identificação e delimitação, o Ministério da Justiça fará a portaria de declaração, mas
584 não iria mais para a Presidência, para a homologação e sim ao Congresso, como um
585 Projeto de Lei de iniciativa do executivo. Além disso, o texto do Osmar Serraglio
586 propõe internalizar no ordenamento jurídico brasileiro, as dezenove condicionantes do
587 STF proferidas no caso da Raposa Serra do Sol, que traz uma série de limitações aos
588 direitos territoriais dos povos indígenas. Outra questão do texto do relator Osmar
589 Serraglio é que ele resgata as categorizações totalmente ultrapassadas dos povos
590 indígenas. O relatório coloca também a questão do marco temporal. No caso dos
591 indígenas não estarem dentro do território em outubro de 1988, tal território não poderia
592 ser identificado como terra indígena. O texto ainda prevê a possibilidade de permuta e a
593 revisão de todos os processos que estão em curso. O texto se restringiu a questão
594 indígena, mas ele também geraria uma repercussão imediata a todos os processos de



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

595 demarcação de territórios quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais. O
596 Governo tem se posicionado em todas suas instâncias contra essa iniciativa. Finalmente,
597 convidou os conselheiros a participarem nos dias quatorze a dezessete de dezembro de
598 2015 da Conferência Nacional de Política Indigenista. O conselheiro **Paulo Maldos**
599 **(SEDH)** reforçou alguns pontos mais centrais da fala do Thiago Almeida que
600 considerou esclarecedora do processo da caminhada da PEC 215, marcou que ela é um
601 ataque aos Direitos dos Povos Indígenas, das Comunidades Tradicionais, Comunidades
602 Quilombolas e áreas de Preservação Ambiental no país, um claro revide à Constituição
603 de 1988. O conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)** relatou que há quinze dias o texto foi
604 aprovado pela Comissão Especial. Os Caiapós fizeram contato com o CIMI e falaram
605 “Nós queremos conversar com os Deputados, nos preste alguma assessoria, queremos
606 entender melhor a situação”. Os Caiapós são um dos grupos que participaram muito do
607 processo da Constituinte de 1988. Na época falaram que foi feito um pacto de
608 convivência pacífica com o estado brasileiro. O texto que estão propondo seria
609 justamente o texto que foi derrotado no processo da Constituição de 1988. O texto
610 propõe que os índios elegerão, em todo território nacional, o representante indígena para
611 a Câmara dos Deputados, na forma da lei. As palavras como inalienáveis, indisponíveis,
612 imprescritíveis, que fazem parte do atual artigo 231 da Constituição também
613 desapareceriam. Relatou sobre a criminalização dos movimentos sociais que atuam na
614 causa indígena, como a CPI no Mato Grosso do Sul, que quer investigar o CIMI. No
615 Congresso Nacional está em curso uma CPI para investigar a FUNAI e o INCRA,
616 porém estariam incluídos o CIMI a CTI e outras organizações. A conselheira **Vera**
617 **Paiva (CFP)** questionou qual seria a reação dos outros partidos no Congresso. Disse
618 que queria entender a conjuntura de destruição da Constituição de 1988, quis, por
619 exemplo, saber a posição do Senador José Serra e do velho PMDB gaúcho e do PDT. O
620 conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)** respondeu que acredita que no Senado tenha
621 uma posição mais clara contra a PEC215. O conselheiro **Paulo Maldos (SEDH)** relatou
622 que na sua avaliação do Congresso, seguimentos do PSDB mais ligado às origens do
623 PSDB, são contra. Disse que Covas foi um grande articulador da Constituinte, e que o
624 Ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, chegou a se posicionar contra a PEC 215. O
625 conselheiro **Thiago Garcia (SEDH)** complementou que, como bancada, quatro partidos
626 se posicionaram contra a PEC: o PSOL, o PT, o PV, o PSB e PC do B. Nos outros
627 partidos tem algumas pessoas contra, mas não se posicionaram como bancada contra a
628 PEC. Acredita que politicamente a Rede também se soma a isso. O conselheiro **Cristian**
629 **Ribas (ENEGRECER)** ressaltou que na Fundação Palmares há duas mil seiscentos e
630 noventa e cinco comunidades quilombolas cadastradas. No INCRA há mil duzentos e
631 oitenta e um processos administrativos, desses, quinhentos e cinquenta e oito processos
632 aguardando titulação. Disse que nos últimos dez anos, apenas 1,3% dos processos que
633 estão aguardando titulação foram devidamente homologados, pontuou que têm um
634 processo muito moroso no país. Relatou que existe um projeto denominado
635 MATOPIBA, que é um Projeto da Ministra Kátia Abreu que prevê a criação de novas
636 fronteiras agrícolas nos estados do Maranhão, Tocantins e Piauí. Nesses territórios que
637 chamam de MATOPIBA, existem trinta e cinco terras indígenas e trinta e seis territórios
638 quilombolas, e há uma tensão social. A Vice-Presidente **Ivana Farina (CNPB)** disse
639 que o Conselho não tem nenhuma manifestação sobre essa PEC, não fizeram nenhuma
640 nota técnica e nem tampouco uma nota que pudesse ser dirigida aos parlamentares como



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

641 um todo ou bancadas individualmente. O conselheiro **Cristian Ribas (ENEGRECER)**
642 concordou com a proposta de encaminhamento da Mesa e sugeriu que possam aprovar
643 de antemão uma nota que será produzida pelos conselheiros Adelar Cupsinski e Thiago
644 Garcia. A conselheira **Vera Paiva (CFP)** sugeriu que além de divulgação, que essa ação
645 do CNDH seja disponibilizada no site. A Vice-Presidente do CNDH **Ivana Farina**
646 **(CNPJ)** sugeriu uma nota do CNDH manifestando-se contrário à PEC215 para a
647 garantia de direitos. A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** colocou que enquanto o
648 Conselho não tem a sua política de comunicação, sugeriu que fosse criado um mailing
649 do Conselho, para que a todo momento quando tiverem alguma nota aprovada, possam
650 enviar para diversas entidades e imprensa. A conselheira **Vera Paiva (CFP)** disse que,
651 no caso dos indígenas, existe uma força e um apelo internacional importante. Disse que
652 esteve na Alemanha no mês de outubro participando de discussões sobre a Comissão da
653 Verdade e colocou que o que mais chamou a atenção sobre o relatório da Comissão da
654 Verdade é a parte que trata das questões indígenas. A conselheira **Helena Martins**
655 **(INTERVOZES)** questionou se não seria possível algum encaminhamento nesse
656 sentido, ou manifestação de preocupação para os organismos internacionais que tenham
657 relação, a própria ONU, um pedido de acompanhamento de análise. A Vice-Presidente
658 do CNDH **Ivana Farina (CNPJ)** passou para o tema que trata da ADI 5357 sobre o
659 direito das pessoas com deficiência. A conselheira **Maria Madalena (FBASD)** relatou
660 que a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, ajuizou no Supremo
661 Tribunal Federal, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra os dispositivos da
662 Lei Brasileira de inclusão, chamado de Estatuto da Pessoa com Deficiência, que foi
663 sancionada em julho de 2015. Disse que historicamente o grupo de pessoas com
664 deficiência sempre foi excluído do processo sócio educacional e existe uma
665 invisibilidade da sociedade, mesmo com todos os avanços. O Brasil tentou resolver
666 através da legislação, a dicotomia entre educação especial e educação inclusiva. A
667 conselheira **Vera Paiva (CFP)** relatou existem grupos que trabalham com educação
668 especial que ganham muito dinheiro do Governo Federal para manter a exclusão. Citou
669 como exemplo a AACD que têm interesse em manter a educação especial separada e
670 continuar recebendo recursos do sistema. A conselheira **Lurdinha Nunes (MNDH)**
671 frisou que são principalmente as escolas particulares que não querem a inclusão. Os pais
672 estão tendo que ir com um advogado para poder garantir a matrícula. Disse que os
673 donos de escolas particulares lutam principalmente porque têm um público que paga o
674 preço que eles querem e esses pais têm muito preconceito e dizem que não querem seus
675 filhos misturados com essas crianças. A conselheira **Maria Madalena (FBASD)**
676 informou que o tratamento dado à pessoa com deficiência no texto da ADI é como se
677 essas pessoas fossem uma constante ameaça aos demais alunos, aos professores e a
678 escola como um todo, chegando a dizer que o professor terá problemas psíquicos se essa
679 pessoa com deficiência tomar parte no contexto da escola regular privada. A conselheira
680 **Silvana Abramo (CNJ)** colocou que o pano de fundo é o custo maior que eles não
681 querem arcar. A conselheira **Maria Madalena (FBASD)** respondeu que isso fica claro
682 na argumentação. A Vice-Presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPJ)** perguntou se a
683 conselheira Maria Madalena tem algum documento produzido pela Associação e ela
684 respondeu que têm o documento que o advogado deu entrada no Supremo Tribunal
685 Federal para solicitar a inclusão como *amicus curiae* que já foi aceito pelo Supremo. A
686 Vice-Presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPJ)** disse que o Ministro relator é o



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

687 Ministro Fachin, e que já podiam pensar em fazer a mesma abordagem que fizeram com
688 a Ministra Rosa Weber em outra situação, pedindo para o conselheiro Luciano Mariz
689 Maia o contato com Wellington Saraiva, que é Procurador do caso, para facilitar o
690 acesso. A conselheira **Luciana Lóssio (CNJ)** deu início ao próximo ponto de pauta que
691 trata das Audiências de Custódia. Disse que os dados do CNJ dão conta que todos os
692 Tribunais de Justiça adotaram o projeto das Audiências de Custódia de modo que o
693 projeto tem sido um sucesso. Sugeriu o encaminhamento de uma recomendação para o
694 Ministério Público, pois tem havido notícias de abusos por parte dos presos que são
695 trazidos para essas Audiências e também porque às vezes não há membros do
696 Ministério Público presentes nessas Audiências, o que inviabiliza a realização. Disse
697 que é importante que façam essa recomendação ao Ministério Público. Disse que a
698 porcentagem de livramento dessas pessoas que são presas e estariam ali indevidamente,
699 gira em torno de setenta a oitenta por cento. A Vice-Presidente do CNDH **Ivana Farina**
700 **(CNP)** disse que para o envio de uma nova recomendação seria importante o
701 Conselho ter informações qualificadas sobre onde há a ausência de representantes do
702 Ministério Público. A conselheira **Luciana Lóssio (CNJ)** disse que a ideia era dirigir o
703 documento ao CNMP e a todos os Procuradores Gerais. A Vice-Presidente do CNDH
704 **Ivana Farina (CNP)** concordou e considerou que deveria ser enviado também aos
705 representantes das Defensorias Públicas. O conselheiro **Pedro Saldanha (MRE)**
706 acrescentou que acha importante trazer ao conhecimento duas questões recentes na área
707 internacional, envolvendo a questão da Audiência de Custódia. Disse que na Reunião da
708 Comissão Interamericana de Direitos Humanos, na qual compareceu o próprio
709 Presidente do Supremo Tribunal Federal, Presidente do CNJ, Ministro Ricardo
710 Lewandowski e apresentou o projeto das Audiências de Custódia à Comissão
711 Interamericana. O projeto foi extremamente elogiado e bem recebido pela Comissão e
712 na ocasião, algumas organizações da Sociedade Civil, questionaram alguns pontos do
713 projeto, inclusive esse de não haver ainda uma legislação. O Ministro Lewandowski
714 respondeu de uma forma muito clara dizendo que a rigor uma lei específica não se faz
715 necessária porque a Convenção Americana de Direitos Humanos já determina que
716 qualquer pessoa presa em flagrante deva ser levada a presença de um juiz no mínimo de
717 tempo possível. O conselheiro **Darci Frigo (Plataforma DHESCA)** reforçou a fala do
718 conselheiro Pedro Saldanha, de uma necessidade também se se ter um diálogo com o
719 Comitê de Combate à Tortura, para que as denúncias que são recebidas durante a
720 Audiência de Custódia serem acompanhadas pelo Comitê de Combate à tortura. A
721 conselheira **Luciana Lóssio (CNJ)** fez a leitura da proposta de texto a ser encaminhado
722 ao Conselho Nacional do Ministério Público. O conselheiro **Mário Henrique Dittício**
723 **(MJ)** primeiramente parabenizou o CNJ pela iniciativa da implantação das Audiências
724 de Custódia que considera fundamental para os direitos do preso e para um devido
725 processo legal que seja de fato respeitador dos Direitos Fundamentais da pessoa
726 humana. Perguntou a conselheira Luciana Lóssio, se a ausência do MP tem ocasionado
727 a não realização das Audiências de Custódia. A conselheira **Luciana Lóssio (CNJ)**
728 respondeu que gera problema, mas que são pontuais e que em alguns estados o MP não
729 tem comparecido. Disse que a ideia dessa recomendação é justamente um reforço para
730 que o Ministério Público Estadual saiba que o CNDH está atento a esse projeto. Frisou
731 que há juízes que não fazem a Audiência sem o membro do Ministério Público. O
732 representante do MJ **Mário Henrique Dittício (MJ)** relatou sua preocupação no caso



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

733 do preso começar a produzir prova sobre o mérito da eventual acusação e se isso
734 constará nos autos. A conselheira **Luciana Lóssio (CNJ)** respondeu que não, que ele
735 não irá produzir prova de mérito de acusação, e que será decidido apenas e tão somente
736 sobre a necessidade de uma prisão preventiva e a possibilidade de medidas cautelares. A
737 Vice- Presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPNG)** esclareceu que há estados que
738 fizeram a designação de somente um juiz para as Audiências de Custódia e que isso está
739 centralizado e que assim já é uma estrutura que foi montada para as Audiências de
740 Custódia nas capitais. Disse ainda que terão estados que não apresentarão problemas,
741 por conta do modo como resolveu instalar as Audiências, e outros estados que isso esta
742 sendo questionado. Citou como exemplo, o caso de uma investigação sobre tortura e
743 crime organizado, grupo de extermínio, que têm um juiz que defere as medidas
744 cautelares, escuta, quebra de sigilo. A conselheira **Diana Calazans (PF)** sugeriu que os
745 sistemas penitenciários tivessem uma estrutura para fazer o exame médico do preso na
746 hora que chegasse à penitenciária. O conselheiro **Leonildo Monteiro (MNPR)** relatou
747 que já foi preso e quando isso ocorreu, a Polícia Militar o pegou na cadeia e levou para
748 o juiz. Chegando lá, entrou um batalhão da Polícia Militar, começaram a ameaçá-lo e
749 amedrontá-lo. No caso, as Audiências de Custódia é uma forma diferente, porque em
750 menos de vinte e quatro horas, o custodiado já sai da delegacia diretamente para o
751 Fórum. A conselheira **Luciana Lóssio (CNJ)** sugeriu que seria bastante interessante e
752 oportuno, trazer o juiz do CNJ, Dr. Luís Geraldo Santana Lanfredi, que é quem está à
753 frente do projeto para fazer uma apresentação ao Conselho. A Vice-Presidente do
754 CNDH **Ivana Farina (CNPNG)** concordou em o Conselho receber informações
755 qualificadas e que a proposta seria encaminhada à Mesa Diretora. Em seguida, relatou
756 que ligou para o CNPG e indagou a Presidência do órgão, qual seria a próxima Reunião
757 Ordinária deles, para solicitar se poderiam ter um espaço para alguns membros do
758 Conselho participar, para tratarem do que consiste a Resolução de Abolição dos Autos
759 de Resistência, como também o PL 4471, que está em tramitação na Câmara. Informou
760 que a data da Reunião Ordinária do CNPG seria dia dezesseis de dezembro que
761 coincidiria com a do CNDH. Sugeriu que algum conselheiro que não fosse participar da
762 reunião em São Paulo comparecesse à reunião do CNPG. Não sendo possível, deixasse
763 para janeiro. Disse que pessoalmente gostaria de ouvi-los, e falou que gostaria de um
764 primeiro contato com os corregedores gerais, porque eles fiscalizam toda a atividade
765 fim das polícias. A conselheira **Diana Calazans (PF)** disse que talvez a corregedoria
766 não tivesse uma atuação com relação à Polícia Militar, porque ela é interna da polícia
767 civil. A Vice-Presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPNG)** respondeu que a
768 corregedoria não tem essa atuação, mais tem quanto ao objetivo que deve ser abolido. A
769 conselheira **Diana Calazans (PF)** informou que a lavratura do auto de resistência pelos
770 delegados é exclusiva da Polícia Civil. Pontuou que o Fórum é adequado, mas acredita
771 que uma sensibilização dos Secretários de Justiça dos estados seria mais efetiva e não vê
772 as corregedorias das polícias civis tão fortalecidas. A Vice-Presidente do CNDH **Ivana**
773 **Farina (CNPNG)** relatou que é por esse motivo que as corregedorias das polícias civis
774 estão tendo dificuldade e sugeriu que os conselheiros os procurassem em um primeiro
775 momento, como colegiado já os recebeu, na época da discussão da resolução pelo
776 CDDPH. O conselheiro **Leonildo Monteiro (MNPR)** pontuou que como o maior
777 orçamento da Secretaria de Segurança vai para o Ministério da Justiça, acha que valeria
778 também conversar com eles, para que o fim dos autos de resistência fosse um critério



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

779 para liberar recursos para a Segurança Pública aos estados. O conselheiro **Mário**
780 **Henrique Dittício (MJ)** concordou com a ideia do conselheiro Leonildo, mas ressaltou
781 que precisaria de uma normatização, pois a dificuldade no encaminhamento do projeto
782 de Lei 4471 deve-se a briga entre os policiais civis e militares no Congresso, que se
783 acirra a cada dia. Disse ainda que todos devem ter visto nos noticiários o que aconteceu
784 em São Paulo, no final do mês passado, onde um delegado deu voz de prisão a um
785 sargento da polícia militar por tortura e eles quase se mataram na frente da delegacia. O
786 conselheiro **Mário Henrique Dittício (MJ)** disse que se o Ministério Público cumprisse
787 o papel de fiscalizador da atividade policial, não precisariam estar nessa discussão,
788 explicou que esse é o grande problema e considera fundamental uma reunião com os
789 Procuradores Gerais junto aos Ouvidores da Polícia Militar, porque é de onde veem os
790 principais casos de mortes violentas. O conselheiro **Mário Henrique Dittício (MJ)**
791 sugeriu uma resolução do conselho apoiando o PL4471 de iniciativa do Deputado Paulo
792 Teixeira. O conselheiro **Cristian Ribas (ENEGRECER)** relatou que o PL dispensa
793 elementos que são centrais para o devido processo de investigação e citou o exemplo da
794 perícia, onde o corpo pode ser removido, jogado atrás de uma camionete e as famílias
795 não são comunicadas. Pontuou que o que o conselheiro Mário Henrique Dittício (MJ)
796 coloca com relação à conjuntura política é a mesma que está desde 2012, quando o
797 projeto saiu da Comissão de Constituição e Justiça. Disse ainda que não há segurança
798 nem mapeamento com relação à aprovação do PL, e hoje a resolução do CNDH é o
799 principal instrumento de enfrentamento aos Autos de Resistência. Questionou aos
800 demais conselheiros se obtiveram alguma resposta sobre os ofícios enviados aos
801 estados. A Vice-Presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPJ)** respondeu que não foi
802 nem encaminhado. O conselheiro **Cristian Ribas (ENEGRECER)** disse que a ex-
803 Coordenadora do CNDH Maria Gutenara teria encaminhado um e-mail, e solicitou que
804 pudessem reencaminhar essa resolução número oito do Conselho, para todos os
805 Secretários de Segurança Pública e Governadores, com um Ofício solicitando um
806 pedido de posição deles com relação à adesão a resolução número oito, a mudança com
807 relação à terminologia genéricas dos Autos de Resistências e finalizou dizendo que não
808 podem perder a oportunidade de participar da agenda da CNPJ, porque essa situação é
809 gritante de violação de direitos humanos e estrutura, sobretudo o processo de genocídio
810 contra jovens negros em nosso país. A conselheira **Helena Martins (INTERVOZES)**
811 apoiou a decisão e considera que o Conselho deva começar a discutir o que mais podem
812 fazer, algumas prerrogativas de sanção, de recomendação que foram detalhadas e subir
813 o tom, porque de fato a situação em que enfrentam é muito grave e pede o
814 acompanhamento de diversos órgãos conjuntamente, uma saída conjunta. Disse achar
815 importante o Conselho buscar medidas de sanções e que não podem ficar constrangidos
816 em utiliza-las. Relatou que em Fortaleza, onze pessoas foram assassinadas em um único
817 bairro com clara ação de extermínio. Existem três linhas de investigação, as duas linhas
818 clássicas é a linha da droga, do tráfico de drogas, de um conflito entre facções distintas,
819 e uma terceira linha é exatamente a que coloca como uma retaliação devida à morte de
820 um Policial Militar na mesma região. O Coordenador-Geral do CNDH **Cledisson**
821 **Junior (CNDH/SDH)** ressaltou que há um fluxo e que ele precisa ser revisto no sentido
822 de garantir mais efetividade nos processos de encontros das reuniões das comissões,
823 avaliou que o espaço das comissões no interior das Reuniões Ordinárias, tem que servir
824 de planejamento para um encontro presencial posterior, de forma que esse processo seja



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

825 apresentado para Secretaria Executiva, e que eles possam dar a liberação no sentido de
826 estruturação desse encontro. Disse acreditar que será possível encaminhar alguns pontos
827 referentes aos trabalhos das comissões pelos elementos que as constituem ou com um
828 número menor de conselheiros. Disse ainda que a SDH precisa avaliar a pertinência
829 dessas solicitações, explicou que tem ocorrido muito encaminhamento de agendas onde
830 não se têm dado conta de garantir que elas ocorram, em função de não haver um diálogo
831 prévio, pós-encaminhamento com o setor que financia esse processo, pontuou que
832 precisam formular que esse encontro seja plausível e depois apresenta-lo, para que não
833 ajam frustrações. O conselheiro **Darci Frigo (DHESCA)** se mostrou preocupado, sobre
834 as deliberações de assuntos que não têm o fluxo dos encaminhamentos, uma dificuldade
835 que precisa ser entendida. Citou como exemplo que não houve retorno da solicitação da
836 reunião anterior, sobre os ofícios que foram encaminhados em relação ao relatório de
837 Belo Monte. Disse que não sabem quais órgãos responderam ao relatório e que isso é
838 uma questão fundamental, porque se não o Conselho delibera, faz uma missão, volta,
839 faz um grande debate e não há um encaminhamento adequado. Disse que a segunda
840 questão que não considera eficiente é o conselho se reunir a cada dois dias mensais,
841 disse que é trabalhoso e sem ter as comissões funcionando, é o passo que o Conselho
842 precisa dar, pois grande parte das matérias deveria ser tratada nas Comissões. As
843 reuniões ordinárias devem tratar das resoluções. Assim o Conselho poderia diminuir o
844 seu tempo de reuniões. Ressaltou também que o Conselho deveria ter orçamento e apoio
845 para se reunirem com uma série de representações do Estado e da Sociedade Civil para
846 compor as Comissões para além da participação do colegiado que considera
847 absolutamente insuficiente. A conselheira **Luciana Lóssio (CNJ)** sugeriu que no
848 primeiro dia da reunião se reunissem as comissões e no segundo dia se faria a reunião
849 plenária. A Vice-Presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPJ)** disse que a proposta da
850 conselheira Luciana Lóssio tem um problema que o conselheiro Darci Frigo colocou
851 que é a quantidade de comissões, que elas não funcionam paralelamente, que seria
852 impossível, são oito comissões e os conselheiros se repetem. A conselheira **Helena**
853 **Martins (INTERVOZES)** apontou como alternativa consolidar as comissões
854 primeiramente, ter a garantia das passagens, da viabilização da estrutura das comissões.
855 A conselheira **Luciana Lóssio (CNJ)** sugeriu que durante a noite poderão fazer
856 reuniões também. A conselheira **Helena Martins (INTERVOZES)** concordou com a
857 possibilidade das reuniões também acontecerem durante a noite, porque se não for dessa
858 maneira, será difícil imaginar que irão pagar mais de trinta passagens para as
859 representações. A Vice-Presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPJ)** explicou que isso
860 já foi pedido e foi negado, que o Coordenador do CNDH fez o encaminhamento. A
861 conselheira **Helena Martins (INTERVOZES)** pediu uma deliberação no primeiro dia
862 para que a Mesa Diretora tenha um respaldo. A Vice-Presidente do CNDH **Ivana**
863 **Farina (CNPJ)** respondeu que podem voltar a insistir nisso com o Secretário Rogério
864 Sottili, que querem que alternem as comissões, mas que garantam o dia anterior das
865 duas ordinárias mensais. A conselheira **Luciana Lóssio (CNJ)** disse que ficaria inviável
866 três dias seguidos de reuniões, porque têm suas atribuições de trabalho e a Vice-
867 Presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPJ)** informou que a Ministra Nilma Lino
868 Gomes falou que no Conselho que ela presidia era dessa forma que aconteciam as
869 reuniões das comissões. A conselheira **Lurdinha Nunes (MNDH)** expressou sua
870 preocupação quanto à falta de informações sobre o Conselho na página da SEDH.



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

871 Relatou que as pessoas procuram e querem saber o que acontece. Mostrou-se também
872 preocupada com a pouca quantidade de pessoas assessorando o Conselho. Sugeriu a
873 contratação ou que sejam remanejadas pessoas de outros setores. Disse que sente falta
874 da atuação do Conselho no Congresso Nacional, atuação essa que necessita de uma
875 presença física que atue na interlocução com deputados e senadores nas pautas de
876 Direitos Humanos. O conselheiro **Darci Frigo (DHESCA)** concordou em combinar as
877 reuniões do Conselho com reuniões das comissões. Propôs uma discussão com o
878 Secretário Rogério Sottili, sobre o orçamento e o apoio para viabilizar os
879 encaminhamentos do Conselho. O Coordenador-Geral do CNDH **Cledisson Junior**
880 **(CNDH/SDH)** concordou com a proposta das reuniões ordinárias serem subsidiadas
881 pelos encontros anteriores das comissões, disse que três dias exige muito das
882 conselheiras e conselheiros e tem observado que o período de transição tem dificultado
883 muito o trabalho do Conselho, que é compreendido pela direção desse Ministério das
884 Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, como espaço privilegiado
885 importante. Contudo os processos de transição se atropelaram, citou como exemplo, a
886 dinâmica das passagens, onde todas anteriormente eram resolvidas na SDH, agora são
887 todas acumuladas e demandadas para o Gabinete da Ministra. Considera importante a
888 ideia de um planejamento sobre as reuniões das Comissões, para poder ajudar a
889 Secretaria Executiva a concretizar, porque os pontos de pauta são muitos e extensos. O
890 conselheiro **Cristian Ribas (ENEGRECER)** lembrou a prioridade já apresentada desde
891 a reunião anterior, de se priorizar a reunião das Comissões Direitos dos Povos
892 Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais, Atingidos por Barragens e
893 Segurança Pública. A conselheira **Maria Madalena (FBASD)** frisou que o ideal seria
894 que os conselheiros não se repetissem, porque dessa forma, teriam tempo de reunir
895 todos os temas. A Vice-Presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPB)** fez um adendo à
896 fala da conselheira Maria Madalena, que não são vinte e dois conselheiros, são dezoito,
897 porque quatro não comparecem, e como são oito comissões, duas vezes oito dá
898 dezesseis, explicou que não é tão simples. A conselheira **Vera Paiva (CFP)** propôs que
899 as pessoas que vem de fora de Brasília, viajassem na véspera, dormissem na cidade e
900 que a reunião não começasse às dez e meia da manhã, e sim às oito da manhã. Lembrou
901 que são dezoito conselheiros ativos, mas que as suplências podem colaborar e serem
902 incorporadas nessas comissões. O conselheiro **Cristian Ribas (ENEGRECER)** disse
903 que uma forma de otimizar a dinâmica do tempo é rever a metodologia que utilizam
904 para tratar dos informes, relatou que os informes consomem praticamente meio dia de
905 reunião, acha que há muitos informes que poderiam ser feito via e-mail. A conselheira
906 **Vera Paiva (CFP)** frisou que a conjuntura especial do Brasil impede que façam de
907 outra forma, pois há uma grande quantidade de casos de violações acontecendo à todo
908 momento. A Vice-Presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPB)** disse que as pautas do
909 CDDPH eram bem menores e citou como exemplo a questão do aborto de feto
910 anencefálico que levava uma manhã inteira de debates, o contexto brasileiro era outro e
911 os debates eram intensos. O conselheiro **Leonildo Monteiro (MNPR)** disse que quando
912 a pauta é do governo há priorização, pois a Comissão da Conferência de Direitos
913 Humanos se reúne um dia antes das Reuniões Ordinárias. Já na pauta da Sociedade
914 Civil não teria havido essa prioridade. Mostrou-se preocupado com o caso da garantia
915 das passagens para os convidados que precisam participar também das reuniões. Disse
916 ainda que quanto ao fato das reuniões se iniciarem às oito da manhã, explicou que



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

917 Servidores Públicos tem horário para chegar e para sair, explicou que pela experiência
918 que tem de todos os Conselhos que já participou, sabe da dificuldade de se chegar no
919 horário de oito horas, alguns deixam as crianças na escola, tem uma rota já planejada na
920 vida, têm que saber se é possível, disse que todos conhecem o traslado de Brasília,
921 sabem das dificuldades dessa cidade, disse que fica no Núcleo Bandeirante e tem
922 problemas com o trânsito para chegar nesse horário na SDH. A conselheira **Ivana**
923 **Farina (CNPB)** ressaltou que o CNDH não parou em reunião nenhuma por conta dos
924 conselheiros, todas as reuniões foram cumpridas, que essa é a décima primeira plenária
925 e acredita que é o Conselho que tem mais quórum qualificado na SDH. Disse ainda que
926 a transição já acabou, e que hoje a Ministra comunicou que quem vai presidir será o
927 Secretário Rogério Sottili. Complementou que o trabalho das Comissões depende muito
928 dos próprios conselheiros, podendo ser levado para dentro da discussão do
929 Planejamento Estratégico. O conselheiro **Darci Frigo (DHESCA)** frisou que no
930 Planejamento Estratégico terá o mesmo impasse que está acontecendo agora, disse que
931 prefere saber se terão cem passagens garantidas para as atividades do Conselho e assim
932 decidir o que é prioridade, do que ficar decidindo e depois se frustrar. A conselheira
933 **Maria Madalena (FBASD)** concordou com a Vice-Presidente do CNDH Ivana Farina,
934 quando diz que a fase de transição está passando e que os conselheiros não podem ficar
935 em posição de defesa. O Coordenador-Geral do CNDH **Cledisson Junior (CNDH-**
936 **SDH)** lembrou o período recente na história da Bolívia que em dez anos passou por oito
937 golpes de Estado, gerando instabilidade política naquele país e considera não ser muito
938 diferente do caso da SDH que em menos de doze meses passou por quatro Ministros e
939 Ministras. Disse que obviamente gera um impacto na condução das tarefas, em um
940 processo de entender o papel do órgão. Disse que particularmente acredita muito em um
941 processo prévio e que os recursos a serem aportados, se adequem a realidade de um
942 planejamento enxuto, ainda mais em uma conjuntura onde a ordem é de
943 contingenciamento. Disse ainda que cabe a ideia do conselheiro Darci Frigo de ter um
944 teto orçamentário, que precisam exigir o entendimento com a direção do Ministério que
945 diga o valor disponibilizado para o Conselho trabalhar. Disse também que o Gabinete
946 tem feito um esforço gigantesco de constituir as tarefas cotidianas, que entre outras não
947 diz respeito só as Reuniões Ordinárias ou simplesmente a condução das tarefas do
948 Conselho, que tem uma conferência que é do Conselho, constituída pelo colegiado.
949 existe um Comitê Executivo das cinco Conferências, mas o que têm de recursos
950 humanos é para uma Conferência inteira. A Conferência de Direitos Humanos é a
951 maior de todas, é a que vai absorver as outras quatro e que isso exigirá muito do CNDH.
952 A Vice-Presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPB)** disse que o Conselho não tem
953 orçamento próprio, pois na proposta orçamentária não está destacado o orçamento para
954 o Conselho. Sugeriu que façam uma reunião intermediária com o Secretário Rogério
955 Sottili, com a presença do conselheiro Darci Frigo, pela sua expertise na DHESCA –
956 BRASIL. O Coordenador-Geral do CNDH **Cledisson Junior (CNDH-SDH)** relatou
957 que o próprio Secretário Sottili foi hoje a uma reunião de definições no período da tarde
958 e que ganhariam mais um Conselho que é o CONJUVE – Conselho Nacional de
959 Juventude. A conselheira **Maria Madalena (FBASD)** sugeriu que fizessem um
960 planejamento do calendário de reuniões 2016, e a Vice-Presidente do CNDH **Ivana**
961 **Farina (CNPB)** respondeu que foi aprovada a regra das segundas quintas e sextas de
962 todo mês. Seguindo a reunião, anunciou que a Doutora Cláudia Bonalume, Secretária-



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

963 Executiva em exercício da SDH, veio para atender o Conselho sobre dúvidas referentes
964 às Conferências, questões sobre prazos, organização e contratações daqueles que seriam
965 os consultores, e passou a palavra para a Secretária-Executiva. A Secretária-Executiva
966 **Claudia Bonalume (SDH)** desejou bom dia a todos e a todas, e justificou que as
967 recentes mudanças que aconteceram por duas vezes durante o ano na SDH atrasaram
968 um pouco o processo seletivo dos consultores. Disse que atualmente existem os
969 mobilizadores que estão nos estados, trabalhando desde setembro. Foram contratados
970 também consultores para cada temática. Explicou que a SDH irá reunir todos os
971 mobilizadores nos dias vinte e três e vinte e quatro de novembro para alinhar e buscar os
972 mesmos resultados, os mesmos produtos e evitar que cada Conferência ande em um
973 ritmo. A Vice-Presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPB)** informou que o nome da
974 consultora que foi contratada para acompanhar a Conferência de Direitos Humanos é
975 Maria Cristina Lima. A Secretária-Executiva **Claudia Bonalume (SDH)** sugeriu que o
976 Conselho combine a próxima reunião da Comissão Organizadora com a consultora, para
977 fazerem a discussão sobre as demandas para a Conferência. Explicou que existem
978 pendências de agenda nos estados, que é uma preocupação do Conselho e a Conferência
979 de Direitos Humanos têm nove estados que ainda não fecharam agenda. Informou que
980 serão cinco conferências que irão acontecer ao mesmo tempo e será preciso receber
981 todas as propostas dos estados, sistematizar, organizar, além do grande número de
982 passagens. Frisou que fizeram uma avaliação de que o dia seis de março seria o prazo
983 limite para a realização de conferências nos estados. Pontuou que se alguma exceção
984 tiver que ser aberta, que seja exceção, informou que tiveram no Comitê Nacional, o
985 pedido da LGBT que protelou o prazo para vinte de março, assim terão todo o material
986 das conferências estaduais LGBT para organizar *a posteriori*. Explicou que os
987 consultores que são mobilizadores estão orientados a procurar cada um dos estados e
988 tentar fazer essa articulação. Os estados sem definição são: Acre, Amapá, Amazonas,
989 Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Rondônia, Roraima e Sergipe. Disse que no relato
990 dos mobilizadores, a situação mais crítica diz respeito a Sergipe, que não agendou
991 nenhuma das cinco conferências de nenhuma das áreas, que já colocaram o Secretário
992 Rogério Sottili para tentar um contato com o Governador. Pediu a conselheira Lurdinha
993 Nunes que se tivesse alguma informação dos estados, que passasse para a SDH. Disse
994 que contrataram uma pessoa pra cuidar da infraestrutura. A Vice-Presidente do CNDH
995 **Ivana Farina (CNPB)** agradeceu muito a presença da Secretária-Executiva do SDH e
996 deu boas-vindas à Deputada Federal **Érika Kokay** que veio a convite do CNDH para
997 relatar a situação da pauta de Direitos Humanos no Congresso. Relatou que a Deputada
998 é parceira muito antiga da causa de Direitos Humanos, e na Câmara exerce o mandato
999 nessa atividade precípua. A Deputada integra a Comissão de Direitos Humanos da
1000 Câmara dos Deputados. Disse que as duas instituições estão retomando a aproximação,
1001 compartilhando conhecimentos e informações. A **Deputada Federal Érika Kokay**
1002 **(Câmara dos Deputados)** saudou os conselheiros e as conselheiras e pontuou que os
1003 movimentos de direitos humanos perderam muito tempo ao não fazer um avanço
1004 cultural na vida de todos no país, que continuam em aberto os períodos traumáticos da
1005 nossa história e acha que vivemos isso de uma forma muito concreta no Parlamento.
1006 Frisou que a sociedade brasileira ainda não fez o luto do colonialismo, nem da
1007 escravidão, nem tão pouco da Ditadura Militar. Considerou ser preciso fechar esses
1008 ciclos, fazer o luto desses períodos, para que não tenham que conviver com os pedaços



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

1009 deles na contemporaneidade. Disse que vivemos um processo de muito recrudescimento
1010 da lógica fundamentalista que se dá, via de regra, em crises de paradigma, crises de
1011 conceitos, em uma sociedade pouco reflexiva e acha que existe uma preguiça analítica
1012 muito profunda no Brasil. Disse acreditar que se não fosse assim não haveria espaço
1013 para a pauta da Redução da Maioridade Penal e tantos ataques que são vivenciados no
1014 dia-a-dia. Ressaltou que têm pelo menos três fundamentalismos que são bastante
1015 intensos que se expressam no Parlamento e são frutos de uma sociedade das
1016 superficialidades, que têm crises e sofrimentos psíquicos, de uma sociedade que diz
1017 “consoma para eu te respeitar”. Disse que estamos em uma sociedade com muito
1018 sofrimento psíquico com modelos cada vez mais rígidos de perfeição. O primeiro
1019 fundamentalismo é o religioso, na qual anda sempre muito articulado e seus integrantes
1020 andam sempre em forma conjunta, em bando, sem nenhum tipo de mestre. Fazem uma
1021 discussão que seja na aglutinação, se movimentaram e tomaram a Presidência da
1022 Comissão de Direitos Humanos em 2013 e hoje é maioria na Comissão de Direitos
1023 Humanos. Informou que são dezoito membros na Comissão de Direitos Humanos, treze
1024 são fundamentalistas religiosos. O segundo e o fundamentalismo punitivo, e os
1025 religiosos acreditam que resolverão tudo se mergulharem na religião e seguirem seus
1026 preceitos ignorando todos os outros, porque todo fundamentalismo é excludente, todo
1027 fundamentalismo é, portanto, intolerante. Disse que no fundamentalismo punitivo se
1028 inclui a Lei antiterrorismo e a revogação do desarmamento. Disse que já existe uma
1029 legislação sobre os efeitos do terrorismo, ou seja, já tem sobre homicídio, sobre o
1030 atentado, e questionou a necessidade de uma nova legislação. Disse que existe outro
1031 projeto que trata da Redução da Maioridade Laboral, de passar para quatorze anos,
1032 fazendo parte de um fundamentalismo patrimonialista, onde se inclui também a PEC
1033 215, que tira o direito do executivo de homologação das terras indígenas, quilombolas e
1034 de unidades de conservação. Nesse sentido, os fundamentalistas criaram a CPI do Inbra
1035 e da Funai. Disse que os três fundamentalismos se retroalimentam. O fundamentalismo
1036 patrimonialista está presente na discussão do desarmamento, está no Estatuto da
1037 Família, está no PL 5069, como fundamentalismo punitivo da bancada da bala, também
1038 está presente nas pautas do fundamentalismo religioso. Frisou que assim, caminhamos
1039 para um verdadeiro horror e para uma destruição da Constituição Federal. Disse que o
1040 PL 5069, que trata da Lei antiterrorismo, pode criminalizar os Movimentos Sociais,
1041 porque, não haveria um entendimento claro do que seria “instigar” ou “auxiliar”
1042 contidos no PL e que isso seria um poder discricionário do Juiz e dos operadores do
1043 Direito. Exemplificou que auxiliar o aborto passaria a ser crime. Disse que estão
1044 invadindo as relações profissionais quando impedem que um agente de saúde possa
1045 informar quais os direitos do cidadão, inclusive ao aborto. O Presidente da Câmara,
1046 Deputado Eduardo Cunha, diz que há uma estratégia de países centrais para a
1047 legalização do aborto, para impedir que a população cresça e dominar o Brasil. Explicou
1048 que se trata do mesmo argumento Stalinista da década de trinta. A segunda parte do
1049 projeto, não diz respeito necessariamente à criminalização do aborto, mas diz respeito à
1050 modificação do projeto de atendimento as vítimas de violência sexual, que foi um
1051 projeto que transformado em Lei em 2013, relatou que na época sofreram uma pressão,
1052 o Governo Federal sofreu uma pressão muito grande, da bancada fundamentalista
1053 católica basicamente, mas não só católica, e para vetar dois incisos, um inciso seria
1054 profilaxia da gravidez, pílula do dia seguinte, que faz parte do protocolo de atendimento



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

1055 às mulheres vítimas de violência, desde 1999, e o segundo era a mulher ter direito as
1056 informações, a informação inclusive que ela pode interromper essa gravidez. Disse que
1057 depois de muita pressão, introduziram o termo do projeto que foi encaminhado pelo
1058 executivo, que é impedir meios preventivos e acrescentam “desde que não sejam
1059 abortivos”. A pílula do dia seguinte não é abortiva. Porém, segundo a Deputada, a
1060 bancada fundamentalista introduziu outro artigo que trata da lógica da objeção da
1061 consciência, que assegura o direito de qualquer profissional ou qualquer instituição, não
1062 repassar nenhum tipo de medicamento ou nenhum tipo de procedimento que julgue
1063 abortivo. Ou seja, se o profissional achar que a pílula do dia seguinte é abortiva ou o
1064 DIU é abortivo, ele não irá ministrar. A família, segundo o estatuto da família em
1065 discussão, exclui vinte e cinco por cento das expressões familiares brasileiras, inclusive
1066 as famílias homo afetivas. Com isso, irá institucionalizar a descriminalização a todas as
1067 outras expressões familiares. Finalizou dizendo que seria importante um
1068 posicionamento do CNDH e chamar o governo para discutir a retirada do PL do
1069 terrorismo. A Vice-Presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPB)** lembrou à Deputada
1070 que o Conselho está sem os representantes do Legislativo, pois não houve indicação do
1071 Presidente da Câmara. A Deputada Federal **Érika Kokay (Câmara dos Deputados)**
1072 disse que teria que discutir isso inclusive com o Deputado Paulo Pimenta, Presidente da
1073 Comissão de Direitos Humanos, mas que o diálogo do CNDH pode passar pela
1074 Comissão de Educação, pela Comissão de Seguridade Social, pela Comissão de Cultura,
1075 disse que tem certos momentos em que o Parlamento está asfisiado e é importante que
1076 tenham outros instrumentos de Defesa dos Direitos. A Vice-Presidente do CNDH **Ivana**
1077 **Farina (CNPB)** respondeu que com relação à PEC 215, o Conselho aprovou a emissão
1078 de uma nota técnica, contra a PEC e uma atuação no Supremo com a questão do
1079 Mandado de Segurança. A Deputada Federal **Érika Kokay (Câmara dos Deputados)**
1080 sugeriu ao CNDH que convoquem o Ministro da Justiça, ou alguém da área para marcar
1081 uma reunião sobre a retirada da Lei Antiterrorismo. Disse que a Lei não faz sentido,
1082 pois de cento e cinquenta e oito países, apenas dezoito tipificam o terrorismo. A
1083 conselheira **Vera Paiva (CFP)** relatou que ficou feliz em ouvir a análise da deputada e
1084 que tinha feito esta mesma análise, de que a virada principal é justamente o
1085 fundamentalismo, é isso que tem feito à diferença. Defendeu que o Conselho aceite as
1086 provocações e as propostas trazidas pela Deputada. Mostrou sua preocupação quanto ao
1087 investimento maciço do fundamentalismo tanto patrimonialista quanto religioso, nas
1088 escolas de psicologia e de enfermagem e explicou que isso tem uma tomada de poder
1089 pelas Entidades de Psicologia e de Enfermagem, e na formação dessas carreiras que
1090 atuarão na garantia dos Direitos das Mulheres, no Sistema Único de Saúde. Disse que
1091 conhece vários casos de mulheres que estão abortando espontaneamente e que são
1092 maltratadas, torturadas durante o atendimento em centros de saúde. O segundo ponto
1093 que conselheira Vera Paiva relatou é que é muito difícil fazer o combate ideológico,
1094 disputa de ideias com o peso da mídia, na qual o fundamentalismo, em particular o
1095 religioso, têm espaço midiático no rádio e na TV, somado ao fato dessas igrejas não
1096 pagarem impostos. Dessa forma, existe um dinheiro que não conseguem rastrear e que
1097 será o único dinheiro de campanha direto para candidatos. Frisou que além das diversas
1098 PLs e PECs, mesmo que derrotem o Presidente da Câmara Eduardo Cunha, está criada
1099 uma condição estrutural. Defendeu que o CNDH conversar com os deputados e
1100 senadores que ajudaram nos anos oitenta a produzir essa Constituinte que está sobre



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

1101 ataque neste momento. O conselheiro **Darci Frigo (DHESCA-BRASIL)** informou que
1102 o Conselho tem uma minuta de resolução, para pedir a retirada do PL 2016/15 e que
1103 gostaria que a Mesa encaminhasse. O conselheiro Adelar Cupsinski (CIMI)
1104 cumprimentou a Deputada e colocou duas questões. Uma é que pensa que o Brasil não
1105 poder ser visto nem pensado sem as comunidades Indígenas, sem as comunidades
1106 tradicionais, que são milhares, a população rural, que é uma diversidade que é própria
1107 do Brasil. Disse ter a impressão que a esquerda tem dificuldade em enxergar isso, essa
1108 visão de que entregar os territórios todos para o agronegócio, seria uma solução.
1109 Considera um problema da esquerda, e que ela precisa amadurecer essa questão dos
1110 territórios e de como é o Brasil rural. Outra questão na qual a Deputada poderia ajudar a
1111 compreender é o que aconteceu para chegar nessa situação. A conselheira **Helena**
1112 **Martins (INTERVOZES)** agradeceu a Deputada pela explanação. Deixou registrado
1113 que deveriam discutir seriamente essa medida, como forma de contenção dos protestos,
1114 em uma situação de crise que irá se ampliar. Disse que é de Fortaleza e na madrugada
1115 da noite passada, onze pessoas foram assassinadas na maior chacina da história do
1116 estado de Ceará, relatou que os moradores dos bairros estão saindo de suas casas, por
1117 medo, a situação continua tensa e os relatos que tem chegado são assustadores. Disse
1118 ainda que a lógica da mídia tem construído essa visão assustadora, que os relatos são
1119 terríveis e queria pensar se o Conselho pode fazer alguma coisa diante disso, inclusive
1120 com a possibilidade de talvez uma Comissão integrada pelos membros da Comissão de
1121 Direitos Humanos da Câmara. Pontuou que a violência em Fortaleza cresceu de tal
1122 forma que a cidade respira medo, O conselheiro **Pedro Saldanha (MRE)** agradeceu a
1123 Deputada pela explanação, que concorda na maior parte do que ela falou,
1124 principalmente com relação a essa ameaça aos progressos que demoramos tanto tempo
1125 para alcançar. Com relação especificamente ao projeto de Lei do terrorismo, acha
1126 importante fazer algumas pontuações, em primeiro lugar, esclareceu que essa discussão
1127 não é nova, ela decorre da Constituição Federal, que no artigo quinto inciso quarenta e
1128 seis, diz que “a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, a
1129 prática da tortura, o tráfico ilícito de drogas e afins, o terrorismo e os definidos como
1130 crimes hediondos”. Disse que isso é uma coisa muita antiga e que decorre da
1131 Constituição e também de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. Disse
1132 que o Governo Federal ao propor o projeto de Lei na sua redação original tinha
1133 colocado uma salva guarda resguardando os Movimentos Sociais. Depois sobreveio o
1134 substitutivo, que a Senador: Aluizio Nunes Ferreira retirou essa salva guarda. O
1135 segundo ponto que tratou, foi da informação de que a imensa maioria dos países
1136 tipificam crime de terrorismo, conforme informações do Itamaraty. Apenas quatro
1137 países do mundo não tipificam o crime de financiamento do terrorismo: a República
1138 Tcheca a Palestina, o Brasil e a Líbia. Concluiu que é uma discussão complexa e achou
1139 muito boa a sugestão da Deputada e já corroborada pelo conselheiro Darci Frigo que
1140 tenham uma reunião com o Executivo, para que tenham todas as informações e poder
1141 considerar um projeto de Resolução do Governo. A conselheira **Maria Madalena**
1142 **(FBASD)** desejou bom dia à Deputada. Disse que vem observando no Congresso
1143 Nacional uma perda de direitos, com os PLs, as PECs. Mostrou-se preocupada no caso
1144 de uma mulher estar em processo de aborto e chega ao SUS e o PL 5069 criminalizar os
1145 profissionais. O PL exige exame de corpo de delito, logo após essa violência sexual e
1146 quem faz o exame de corpo de delito é um médico legista. A Deputada **Érika Kokay**



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

1147 disse que o Brasil vive um momento de muita criminalização, pautado no medo e uma
1148 espetacularização da violência, para que não percebam as violências que acontecem
1149 conosco e que não são tão espetaculares, e com isso se perde a dimensão da própria
1150 violência do outro, é um momento de uma sociedade de muita culpa, porque os
1151 princípios são muito rígidos e onde as pessoas que se sentem culpadas, são vítimas de
1152 violência, inclusive as mulheres que muitas vezes se sentem culpadas porque são
1153 vítimas de violência doméstica. Questionou aonde é o espaço no sistema de saúde para
1154 as mulheres lidarem com o sofrimento da violência dentro de casa. Frisou que devem
1155 ser repensadas as políticas públicas e primordialmente assegurar a sua universalidade.
1156 Relatou as Conferências que são espaços importantes, mas não tem resolutividade. As
1157 pessoas vão, disputam acirradamente as conferências, as suas resoluções, e nada
1158 acontece. Concluiu dizendo que apresentaria na Comissão de Direitos Humanos uma
1159 proposta de uma diligência em Fortaleza. A Vice-Presidente do CNDH **Ivana Farina**
1160 **(CNPNG)** informou que antes de passar para o próximo item de pauta, tem uma
1161 deliberação urgente que foi colocada na pauta como medida de urgência, sobre as
1162 ocorrências no Município de Mariana/MG que foram narradas pela Ministra. Indagou ao
1163 Plenário se queriam incluir como pauta de urgência e responderam que sim. Foi
1164 deliberado que o CNDH faria uma missão de diligência à região atingida pelo desastre e
1165 criação de um GT. Os pedidos de atuação do CNDH no caso vieram das entidades:
1166 Associação de Conservação Ambiental, Associação Franciscana de Ecologia,
1167 Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária, Articulação da Bacia do Rio
1168 Santo Antônio, Articulação de Mulheres Brasileiras do Semiárido Mineiro, Articulação
1169 Rosalino de Povos entre outros. O MPF relatou que a Presidenta da República anunciou
1170 uma multa de duzentos e cinquenta milhões para a empresa. Disse que no programa da
1171 Miriam Leitão, o Procurador da República que está atuando no caso disse que a lama
1172 que está correndo o rio já está atingindo regiões fora do estado de Minas Gerais. efeitos
1173 da lama correndo o Rio para fora do estado de Minas Gerais. O Coordenador-Geral do
1174 CNDH **Cledisson Junior (CNDH-SDH)** passou para o próximo ponto de pauta da
1175 ordem do dia, que é a apresentação das recomendações 100 e 101 aprovadas na última
1176 Reunião Ordinária encaminhando pelo Procurador João Akira. A conselheira **Silvana**
1177 **Abramo (CNJ)** pontuou se não seria o caso de pensarem na possibilidade de incluir na
1178 recomendação que o Estado terá que ressarcir o direito de regresso contra as empresas
1179 que eventualmente derem causa a algumas violações dessas situações. a Vice-Presidente
1180 do CNDH **Ivana Farina (CNPNG)** respondeu que todas as despesas realizadas com as
1181 reparações decorrentes dessa Lei deverão ser apropriadas por rubricas, por
1182 empreendimentos e serão ressarcidas ao Tesouro Nacional. Em seguida, passou para o
1183 item de pauta sobre a Lei antiterrorismo e o PL 5069. Sobre a Lei antiterrorismo,
1184 haveria uma proposta de resolução que foi feita pelo conselheiro Darci Frigo e colocaria
1185 em votação. Sobre a retirada do Projeto do pedido de urgência, o Deputado Paulo
1186 Pimenta também já fez o pedido de retirada. A conselheira **Lurdinha Nunes (MNDH)**
1187 informou que o Núcleo Agrário do Partido dos Trabalhadores entrou com uma
1188 solicitação à Presidenta Dilma, para a retirada com urgência desse PL. quem assinou o
1189 pedido foi o Deputado Federal pelo PT de Minas Gerais, Padre João, Coordenador do
1190 Núcleo Agrário do Partido dos Trabalhadores da Câmara dos Deputados. O conselheiro
1191 **Pedro Saldanha (MRE)** entendeu que também haveria outra sugestão que seria da
1192 realização de outra reunião e abrir a possibilidade que o executivo possa vir, para que



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

1193 tenham todas as informações. A Vice-Presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPB)**
1194 respondeu que essa é uma proposta. Outra proposta poderia ser deliberarem que o
1195 Conselho concorda que não pode haver a votação do PL e ouvir o executivo sobre a
1196 discussão da retirada do regime de urgência. O conselheiro **Pedro Saldanha (MRE)**
1197 disse que sua posição como representante do Itamaraty seria de ouvir primeiro o
1198 executivo antes de considerar a resolução e acha que quaisquer decisões que venham a
1199 tomar sobre um assunto tão complexo, devam tomar tendo presente todas às
1200 informações e reafirmou que essa é a posição do Itamaraty. O conselheiro **Adelar**
1201 **Cupsinski (CIMI)** disse que já havia manifestado a posição inclusive na reunião
1202 anterior, da retirada desse projeto de Lei, votou pela publicação da resolução e de
1203 convidar o governo para uma discussão maior sobre o PL. O conselheiro **Cristian**
1204 **Ribas (ENEGRECER)** pontuou que esse projeto ataca, sobretudo os Movimentos
1205 Sociais, mas em um segundo momento, criminaliza setores que reagem a situações de
1206 violações que não necessariamente estão organizados em Movimentos Sociais. Citou
1207 como exemplo as comunidades que após a execução de um jovem morador, fazem
1208 algum tipo de protesto violento, queimam ônibus como forma de fazer com que aquela
1209 situação de violência, de extermínio ecoe na cidade e chegue às instituições.
1210 Manifestou-se favorável à aprovação da resolução. Concordou em suprimir o penúltimo
1211 parágrafo, que traz a informação de que pouquíssimos países tipificam crime de
1212 terrorismo. A conselheira **Vera Paiva (CFP)** disse que encaminharia na direção em que
1213 o conselheiro Adelar Cupsinski colocou e acha que uma solução para questão que o
1214 conselheiro Pedro Saldanha frisou, seria incluir um Grupo de Trabalho, onde todos
1215 seriam ouvidos e acha que tem que ser uma Resolução que pressione. A conselheira
1216 **Helena Martins (INTERVOZES)** considerou a Resolução importante, inclusive para
1217 saberem quais são os termos de diálogo com o Governo, acha que o diálogo tem que ser
1218 feito, mas não será um diálogo para se chegar a alguma conclusão, até porque o
1219 Conselho já tem posição sobre isso. Acredita que irão para esse diálogo no sentido de
1220 conversar com o Governo para que ele mude de ideia e não para que o Conselho seja
1221 convencido. O conselheiro **Thiago Garcia (SDH)** disse que acompanham o Itamaraty e
1222 concorda com a maior parte das críticas que os conselheiros fizeram ao projeto de Lei,
1223 mas avalia que a possibilidade de fazer essa consulta prévia ao executivo, traria mais
1224 efetividade, inclusive se colocou a disposição para a construção dessa agenda junto ao
1225 Secretário Rogério Sottili. A Vice-Presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPB)** disse
1226 que tem as seguintes ponderações, que quando tem na Constituição que prevê o crime
1227 de terrorismo, em um elenco de outros crimes da mesma categoria, tem que analisar que
1228 essa previsão vem da promulgação da Constituição. Apesar da iniciativa legítima do
1229 executivo, as emendas que foram adicionadas, como reflexo da atual composição dos
1230 membros da Câmara, leva a uma necessária cautela do Conselho. Primeiro, porque o
1231 CNDH não está inaugurando o discurso de retirada, o discurso de retirada foi feito pelo
1232 Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Disse que pela
1233 atribuição do Conselho, é necessário calcular o risco para a sociedade. Disse que
1234 inseriria na nota o texto: “solicitar à Presidente da República, Dilma Rousseff, a
1235 retirada, para ampliação das discussões sobre o tema, do projeto de Lei número cento e
1236 um.”. O conselheiro **Leonildo Monteiro (MNPR)** também se pronunciou a favor da
1237 Resolução, pois acredita que a proposta do PL antiterrorismo vai afetar muitas pessoas e
1238 os Movimentos Sociais. Disse acreditar que mais uma vez, tentam calar a boca do pobre



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

1239 e do negro que não podem se organizar para lutarem pelos seus direitos. O conselheiro
1240 **Bruno Arruda (DPU)** concordou integralmente com a Vice-Presidente **Ivana Farina**.
1241 Adicionou a informação que pelo Regimento Interno da Câmara, quem decide sobre
1242 retirada do projeto é o Presidente da Câmara. Ainda que o pedido venha de outro poder,
1243 ele que tem que decidir. Se já teve votação do projeto por alguma Comissão da Câmara,
1244 como nesse caso já houve, vai a Plenário. Questionou se não seria o caso aproveitar que
1245 estão discutindo o tema e incluir um pedido de veto à Presidenta dos dispositivos que
1246 criminalizam os Movimentos Sociais, ou que ela encaminhe nesse sentido. O
1247 conselheiro **Pedro Saldanha (MRE)** esclareceu que os primeiros projetos de Lei sobre
1248 esse assunto chegaram ao Congresso Nacional em 1991 e essa discussão se aprofundou
1249 a partir do dia onze de setembro de 2001, quando houve uma resolução do Conselho de
1250 Segurança das Nações Unidas, determinando, que os países criminalizarem o
1251 financiamento do terrorismo. Explicou que há uma determinação da ONU sobre isso e
1252 as resoluções do Conselho de Segurança são obrigatórias para todos os membros da
1253 ONU. Disse que o Conselho precisa saber por quais razões foi colocado em caráter de
1254 urgência, pois o executivo pode ter em mente justamente a preservação de Direitos.
1255 Lembrou que no próximo ano haverá Olimpíadas que são eventos altamente visados
1256 pelas Organizações Terroristas. A Vice-Presidente do CNDH **Ivana Farina (CNP)**
1257 considerou a importância de realizarem esse debate, mas discordou do conselheiro
1258 Pedro Saldanha no sentido de que o projeto irá trancar a pauta da Câmara. Disse que
1259 não há mais tempo para nenhuma possibilidade de debate ou de mudança da proposta.
1260 Explicou que o que vai à votação nesse momento é a proposta aprovada pelo Senado, e,
1261 portanto, o conselho não tem mais tempo para ouvir o executivo. Disse que o que seria
1262 possível. Pontuou que se é para acrescentar algo dentro da Resolução, que seja primeiro
1263 a retirada do Regime de Urgência e em seguida a retirada do projeto de Lei, porque o
1264 Conselho não concorda e têm divergência real em relação à regulamentação dessa
1265 matéria. Disse ainda que o Senador Aloysio Nunes, quando retirou a cláusula que
1266 excluía os Movimentos Sociais da tipificação, falou: “não existe terrorismo do bem e do
1267 mal”. O conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)** disse que advoga para o Movimento
1268 Social há quinze anos e citou como exemplo que nos anos noventa toda ação dos
1269 Movimentos Sociais era acusada de crime de quadrilha. Durante muitos anos, muitas
1270 pessoas foram presas por causa disso. Explicou que quando os advogados não
1271 encontravam um Promotor de Justiça que tinha uma compreensão maior dos
1272 Movimentos Sociais, as lideranças ficavam presas por meses. Disse acreditar que irá
1273 acontecer o mesmo na questão da Lei do Terrorismo. O conselheiro **Pedro Saldanha**
1274 **(MRE)** fez um apelo para o conselho, para que procurem ter uma ação construtiva, pois
1275 a posição do CNDH não é cem por cento contrária a toda e qualquer Lei semelhante.
1276 Disse que isso deixará o Brasil em descumprimento das obrigações internacionais. A
1277 Vice-Presidente do CNDH **Ivana Farina (CNP)** disse que se o pedido de urgência foi
1278 feito pela Presidenta que é a autora do PL, e ela quem poderá pedir a retirada do pedido
1279 de urgência. Relatou que a proposta do conselheiro Pedro Saldanha é de que o Conselho
1280 não vote a resolução e que ela seja somente debatida e votada, após a oitiva do
1281 executivo. Questionou se alguém mais precisaria do debate e se poderia encaminhar
1282 para votação. O resultado da votação foi: doze votos a favor da resolução e 2 votos a
1283 favor de uma consulta prévia ao executivo. O conselheiro **Darci Frigo (DHESCA)**
1284 apresentou as sugestões de alteração no texto da resolução: “solicitar à Presidenta Dilma



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

1285 Rousseff, a retirada do Regime de Urgência do projeto de Lei cento e um, de 2015 que
1286 traz a tipificação do crime de terrorismo e posteriormente a retirada do próprio projeto
1287 de Lei, sob as seguintes considerações”. A Vice-Presidente do CNDH **Ivana Farina**
1288 **(CNPJ)** questionou se o conselheiro Darci Frigo concorda, para ampliação das
1289 discussões sobre o tema, o conselheiro **Darci Frigo (DHESCA)** concordou e quis saber
1290 se o Plenário concordaria, com a retirada do penúltimo parágrafo. A conselheira **Silvana**
1291 **Abramo (CNJ)** questionou se não caberia na Resolução, também a designação de
1292 Audiência para ouvir o Executivo neste conselho, ou que o Executivo a respeito da
1293 matéria. O conselheiro **Darci Frigo (DHESCA)** pontuou que o encaminhamento da
1294 resolução aprovada deveria ser imediata, uma vez que o PL estaria trancando a pauta do
1295 Congresso e seria votada em breve. A conselheira **Ivana Farina (CNPJ)** respondeu
1296 que seria publicada de imediato e que isso constasse na gravação da reunião plenária. O
1297 conselheiro **Darci Frigo (DHESCA)** disse que seria importante um a conversa com o
1298 Secretário Rogério Sottili, para que se possa encaminhar a resolução de imediato para
1299 dentro do Governo. A Vice-Presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPJ)** seguiu para o
1300 próximo ponto, que trata do relatório da missão aos centros socioeducativos de
1301 Fortaleza. A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** informou que a missão, deliberada em
1302 Plenário, aconteceu nos dias três e quatro de outubro. Disse que o terceiro membro do
1303 GT, o conselheiro Ricardo Barreto, estava fora de Fortaleza a trabalho e, por isso, não
1304 pôde participar. Explicou que no primeiro dia fizeram uma grande reunião com a
1305 participação de mais de trinta representantes da sociedade civil, com a presença também
1306 da Defensora Pública e da Procuradora do Ministério Público. As principais denúncias
1307 de violência foram: (1) superlotação, (2) falta d’água e alimentação adequada, (3)
1308 adolescentes sem separação por situação de sistema, de idade, de porte físico e
1309 gravidade da pena, (3) falta de estrutura da equipe técnica, (4) adolescentes há quarenta
1310 dias sem sair das celas. Posteriormente os conselheiros Aurélio Rios, Silvana Abramo e
1311 a Procuradora Geral do MPF fizeram uma visita ao Tribunal de Justiça e conversaram
1312 com a Desembargadora responsável pelas medidas socioeducativas no TJ, Vilauba
1313 Fausto Lopes. Disse que ela confirmou muitas das denúncias. Falou das inúmeras
1314 rebeliões e motins que ocorreram no último mês, a destruição de unidades e a
1315 incapacidade do sistema em realocar esses meninos. Relatou que no dia seguinte,
1316 juntamente com os conselheiros Aurélio Rios e a conselheira Helena Martins, visitaram
1317 as unidades de São Miguel e Passaré, na qual as denúncias foram confirmadas. Os
1318 representantes do CONANDA foram às unidades Dom Bosco e São Francisco. Disse
1319 que já havia visitado algumas penitenciárias, mas nunca tinha visto um grau de
1320 desumanização que os menores estão sendo submetidos. Explicou que a situação é
1321 realmente brutal, ouviram relatos, as denúncias dos meninos, passaram por todas as
1322 celas, conversaram por mais de vinte celas. A água que bebem é do chuveiro que fica
1323 dentro da cela e é ligado por uma hora. Relatou que é neste momento que bebem água.
1324 Muitos dormem no chão molhado. Relatou que falaram com os professores e que eles
1325 estavam preocupadíssimos de ter os seus contratos encerrados, sem condições
1326 emocionais ou pessoais de criar alternativas de atividades com os internos. Depois da
1327 visita, participaram de uma Audiência Pública na Câmara dos Deputados. Informou que
1328 a Audiência estava muito cheia e foram encaminhadas propostas, inclusive como
1329 criação de Comitê de Monitoramento à Tortura. Disse que foram acompanhados na
1330 visita pelo Deputado Renato Roseno e o Secretário da Segurança do Trabalho e



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

1331 Desenvolvimento Social, que é a pasta responsável pelo sistema socioeducativo. Na
1332 sexta-feira após a visita aconteceram rebeliões nas unidades que GT visitou. Os
1333 meninos que estavam nas unidades foram todos desnudados, pelos policiais, colocados
1334 em formação que lembra as fotografias do Carandiru, no pátio. Quatro meninos foram
1335 baleados, um deles vindo a falecer. Após a rebelião os meninos foram levados para duas
1336 escolas e no domingo de manhã, metade deles foi levada para um presídio militar que
1337 estava vazio, mais que fica dentro do complexo penitenciário militar. Disse que apesar
1338 de ser proibido por Leio, o Secretário deliberou, sem autorização judicial e pontuou que
1339 gostaria de submeter aos conselheiros as recomendações que fizeram. Explicou que as
1340 recomendações são para os três níveis federativos e para os três Poderes, mas que nesse
1341 primeiro momento, estão considerando que esse é um relatório preliminar. Destacou a
1342 atuação conjunta do CONANDA que estiveram com o GT em todos os momentos.
1343 Ressaltou que a primeira e a principal recomendação, que considera o núcleo da atuação
1344 do GT, foi uma construção que fizeram a partir da fala da Ministra, a partir do Protocolo
1345 Nacional Conjunto, para a Proteção Integral de Crianças e Adolescentes e ainda inclui o
1346 Protocolo dos Idosos e Pessoas com Deficiência, em Situação de Risco e Desastre.
1347 Disse que a ideia seria utilizar esse protocolo e aplicar na situação de emergência das
1348 medidas socioeducativas do Ceará. Relatou que, a partir de um diálogo com o Governo
1349 do Estado, devem ser promovidas: (1) a transferência imediata dos adolescentes que se
1350 encontram alocados na escola, no prazo máximo de dez dias, para um equipamento
1351 apto a recebê-los, (2) abolição do isolamento compulsório, da tranca, (3) realização de
1352 mutirão judicial, para que os meninos que já se encontram em condições de saírem do
1353 sistema, ou terem liberdade assistida, ou de terem medidas em meio aberto, possam
1354 progredir para essas medidas, (4) garantia de informação às famílias, (5) cumprimento
1355 das ordens judiciais de afastamento de responsáveis por torturas e interdição de
1356 unidades (5) apuração rigorosa das responsabilidades pela morte do adolescente, num
1357 prazo médio de noventa dias e (6) início da construção de unidades dentro das normas
1358 do SINASE e do ECA, (7) estruturação da carreira dos diretores e dos agentes (8)
1359 fortalecimento das medidas socioeducativas em meio aberto, (9) formação inicial e
1360 continuada em Direitos Humanos e Direitos da Criança e apoio psicopedagógico a todos
1361 os trabalhadores do sistema, (10) aumento do número de defensores (11) oferecimento
1362 de educação, de saúde, atividades culturais e esportivas aos meninos, (12) finalização da
1363 construção das unidades e (13) o cumprimento do plano estadual de sócio educação e do
1364 SINASE. Disse que o Governo do Estado tem um plano estadual excelente, com
1365 medidas de curto, médio e longo prazo, só que nunca foi implementado. A Vice-
1366 Presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPG)** agradeceu a conselheira Silvana Abramo
1367 pela leitura do relatório, e passou a palavra ao Presindete do CONANDA Rodrigo
1368 Torres. O Presidente do CONANDA **Rodrigo Torres (CONANDA/SDH)** relatou que
1369 esteve em Fortaleza, junto com a equipe do CNDH e que vem fazendo contato quase
1370 diário, com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança, com o Ministério Público,
1371 com o Judiciário, com a Defensoria e com o Governo do Estado. Relatou que a prática
1372 da internação é recorrente, e por isso, uma das possibilidades emergenciais é a revisão
1373 dessas medidas. Disse que o CONANDA também está elaborando um relatório e que
1374 poderiam fazer encaminhamentos conjuntos. Considerou que o mais importante no
1375 momento é não deixarem que a situação saia do centro do debate. A Vice-Presidente do
1376 CNDH **Ivana Farina (CNPG)** frisou que se o acompanhamento não for feito, eles irão



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

1377 reforçar a necessidade da permanência no Presídio Militar. Disse que ocorreu situação
1378 parecida no Estado de Goiás e até hoje esse batalhão adequado recebe internação de
1379 adolescentes. O Diretor do CONANDA **Rodrigo Torres (CONANDA/SDH)** explicou
1380 que falaram com o Governo de Estado. Frisou que as deliberações do CONANDA
1381 giraram em torno da articulação para a ida da Ministra ao Ceará. Informou que haverá a
1382 visita do Mecanismo de Combate à Tortura às unidades. Informou também que a
1383 relatora da OEA, para Criança e Adolescente estará no Brasil e que o CONANDA
1384 poderá apresentar a questão do Ceará. O conselheiro **Thiago Garcia (SDH)** explicou
1385 que existem particularidades no protocolo de desastres e que seria muito importante
1386 trocar informações com o CONANDA, para que possam alinhar as ações para a criação
1387 de um protocolo novo, um procedimento padrão de atuação em situação de ameaças e
1388 risco para esses adolescentes. A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** explicou que na
1389 recomendação colocou da seguinte maneira, “assinatura de protocolo nacional conjunto
1390 para a proteção integral das crianças e adolescentes”. A Vice-Presidente do CNDH
1391 **Ivana Farina (CNPQ)** agradeceu a fala do Diretor do CONANDA, Rodrigo Torres e
1392 convidou o conselheiro Carlos Magno, para assumir a condução da Plenária, pois teria
1393 que se ausentar. A conselheira **Helena Martins (INTERVOZES)** agradeceu a
1394 participação do Diretor do CONANDA, Rodrigo Torres e apontou que o protocolo a ser
1395 criado a partir de casos exemplares para construir ações mais gerais. Disse que outra
1396 questão é estimular a adoção de outras medidas judiciais, sem ser a medida de privação
1397 de liberdade, assim como a avaliação sobre o papel do Governo do Estado do Ceará e
1398 uma possível responsabilização dele, mas não colocaram essa avaliação neste momento,
1399 como um gesto de credibilidade que as recomendações serão cumpridas. Por fim,
1400 comentou duas questões em relação ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Disse
1401 que não houve o envio de ofícios para os órgãos locais para comunicar a visita do
1402 Conselho, o que gerou constrangimentos, sendo inclusive cobrada pelo assessor da
1403 STDS, durante a visita, pela ausência de documento formal sobre a visita. Explicou que
1404 desde o começo do ano o CEDECA já tinha pedido para acompanharem essa situação e
1405 disse que também falharam nessa falta de diálogo de preparação, o que inviabilizou uma
1406 reunião com o Governador de forma mais organizada. Informou que poderia ter havido
1407 uma pressão Institucional e a divulgação ficou toda a cargo da Sociedade Civil local. A
1408 conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** disse que não conseguiram levar para missão, nem
1409 a portaria de Constituição do GT e nem a portaria da realização da Missão, explicou que
1410 estavam em uma situação fragilizada, que se alguém pedisse algum documento, não
1411 teriam. O Suporte Logístico na cidade de Fortaleza foi concedido pela PGE e as
1412 tentativas de reunião com o Governo, com o Tribunal de Justiça e outras autoridades. A
1413 conselheira **Helena Martins (INTERVOZES)** completou dizendo que considera a
1414 participação da Ministra importante, pois o Governo anunciou um plano que considera
1415 frágil, que dá a entender para imprensa que só depois da morte do adolescente, passou
1416 de fato a acompanhar a situação. Finalizou informando que infelizmente houve uma
1417 chacina em Fortaleza, onde doze pessoas morreram. O que reforçaria a necessidade da
1418 presença da Ministra. A conselheira **Vera Paiva (CFP)** parabenizou o GT pelo relatório
1419 e disse achar que o esforço de fazer algo em conjunto com o CONANDA seria
1420 importante. Disse achar que seria extremamente importante introduzir dados a respeito
1421 do sexo, da cor, da orientação sexual, e da idade dos meninos que estão internos.
1422 Concluiu que os relatos lembram as barbaridades cometidas nos campos de



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

1423 concentração, durante a segunda guerra mundial. Sugeriu que sejam incluídos os relatos
1424 das cenas dramáticas presenciadas pelo GT, além de incluir as fotos, para que se faça a
1425 luta ideológica da defesa de uma noção de Direitos Humanos, que não é a mesma noção
1426 de “O meu direito acaba, onde o seu termina”, mas uma noção de reciprocidade de
1427 Direitos que é a única coisa que constrói uma cultura de paz, com uma noção de que
1428 todos somos humanos. A conselheira **Helena Martins (INTERVOZES)** informou que
1429 a Defensoria Pública impetrar um *habeas corpus* coletivo em favor dos adolescentes
1430 transferidos e propõem o regime de internação domiciliar. O conselheiro **Thiago**
1431 **Garcia (SDH)** lembrou que a SDH possui um sistema específico para o
1432 acompanhamento de medidas socioeducativas (SIPIA-SINASE) que, pela questão do
1433 pacto federativo, ele pode ser aderido ou não pelo Estado. A expectativa é que consigam
1434 uma ampliação do uso do sistema pelos estados. Relatou que o levantamento anual do
1435 Sistema sinaliza que cinquenta e sete por cento dos meninos que estão em internação,
1436 estão fora da escola, o que mostra uma situação causal importante. Continuou dizendo
1437 que mais de setenta e seis por cento não terminaram o Ensino Médio. O sistema também
1438 apresenta os dados com os recortes de raça e de gênero. Informou que no ano que vem,
1439 estão tentando fazer um diálogo com o IBGE para fazerem o primeiro Censo Nacional
1440 das Unidades de Internação. Finalizou que quanto ao pedido da presença da Ministra no
1441 estado, feito pelo CONANDA, irá fazer um diálogo com o Secretário Rogério Sottili e
1442 com a Ministra, para tentarem fechar uma data. A conselheira **Maria Madalena**
1443 **(FBASD)** disse que a despeito do que a conselheira Helena Martins colocou sobre a
1444 dificuldade de ser reconhecida como uma pessoa representante dos Direitos Humanos,
1445 quando da realização das missões, propôs que o conselheiro tenha algum documento de
1446 identificação do CNDH, porque muitas vezes podem ter que participar de situações
1447 emergenciais. Propôs ainda que no planejamento de dezembro, se discuta a capacitação
1448 dos conselheiros em âmbito geral, para todas as ações que o CNDH possa estar
1449 implementando no decorrer de sua gestão. O conselheiro **Leonildo Monteiro (MNPR)**
1450 informou que no dia anterior houve uma Audiência Pública sobre a situação do sistema
1451 socioeducativo no estado do Paraná. Disse que de cento e oitenta milhões de reais que o
1452 Governo do Estado do Paraná, deveria gastar com o Programa Criança e Adolescente,
1453 gastou apenas oito milhões de reais, questionou de quem é a responsabilidade do
1454 monitoramento da execução do recurso investido. Disse que o Conselho poderia ter um
1455 olhar de monitoramento e de cobrança aos Governadores. Disse ainda que no Congresso
1456 Nacional dos Defensores Públicos que aconteceu em Curitiba, os Defensores trouxeram
1457 também a preocupação quanto às crianças em situação de rua. O conselheiro **Carlos**
1458 **Magno (ABGLT)** parabenizou a equipe que foi a Missão no Ceará e lembrou que
1459 apresentou na reunião anterior o relatório da situação em João Pessoa e que
1460 encaminharia o relatório de João Pessoa ao Diretor do CONANDA para conhecimento.
1461 A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** propôs que o documento seja tratado como um
1462 documento interno do Ministério, e que dele tenham conhecimento as entidades que se
1463 envolverem com o grupo de trabalho, não sendo o documento final. Disse ter receio que
1464 a divulgação do documento de forma precipitada inviabilize qualquer conversa com o
1465 Governo Estadual para a pactuação do Protocolo. A conselheira **Helena Martins**
1466 **(INTERVOZES)** registrou sua discordância. Lembrou que quando foram para o
1467 Paraná, fizeram a Audiência Pública, fizeram críticas a situação de violência que estava
1468 sendo vivenciada com os professores e tem a impressão de que o Governo do Ceará tem



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

1469 sido muito protegido. Disse achar impressionante que o governo seja cúmplice de uma
1470 violação sem tamanho. Disse que não consegue esquecer, no fim da Audiência Pública,
1471 depois de ouvir todas as denúncias de tortura, de como o Secretário saiu, com uma
1472 tranquilidade, com um empáfia, assim, acha que eles tem que ser pressionados. A
1473 conselheira **Vera Paiva (CFP)** sugeriu que o conselho faça uma Minuta de divulgação,
1474 pois entende que esse não seria ainda o texto final. A conselheira **Silvana Abramo**
1475 **(CNJ)** esclareceu que esse realmente não é o texto final, apenas um relatório preliminar.
1476 A conselheira **Helena Martins (INTERVOZES)** disse que no relatório do CNDH, irão
1477 fazer ajustes textuais, mas o preliminar já seria o apresentado. A conselheira **Silvana**
1478 **Abramo (CNJ)** pontuou que em Curitiba, tinham uma situação de rompimento, não
1479 havia diálogo com o Governo do Estado e não foram buscar esse diálogo, não buscaram
1480 alternativas de solução conjunta para situação que já estava consolidada, não havia mais
1481 o que se fazer. Já neste caso, frisou que a situação não está consolidada, é gravíssima,
1482 mas ela tem desdobramentos, e a busca é de abertura de diálogo que está difícil.
1483 Reforçou a importância da assinatura do Protocolo. O Coordenador-Geral do CNDH
1484 **Cledisson Junior (CNDH-SDH)** perguntou se acham que vale mais um exercício de
1485 convencimento das duas partes que estão apresentando esses pontos, se queriam mais
1486 alguns minutos de discussão. A conselheira **Vera Paiva (CFP)** questionou se era
1487 possível fazer um Sumário Executivo. O conselheiro **Carlos Magno (ABGLT)**
1488 perguntou a conselheira Helena Martins se seria possível fazer uma mediação na forma
1489 que a conselheira Vera Paiva sugeriu. A conselheira **Helena Martins (INTERVOZES)**
1490 consentiu e disse que poderiam fechar um acordo, explicou que estava concordando
1491 inicialmente com a conselheira Silvana Abramo, porque de fato tem se incomodado
1492 com essa ideia, porque eles têm que ser obrigados a cumprir Direitos Humanos, não é
1493 um favor, assim, quem tem que temer as consequências de não cumprir o protocolo é o
1494 estado. A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** pontuou que colocaria um resumo do
1495 relatório, substituindo essa questão de assinatura do relatório, por abertura imediata ou
1496 de reunião entre as três esferas do Poder Executivo, para a solução, porque dessa forma
1497 não colocam o instrumento, mas coloca a necessidade imediata. O conselheiro **Carlos**
1498 **Magno (ABGLT)** questionou se o relatório estaria aprovado, com a ressalva de trocar o
1499 termo “Protocolo” por instrumentos e cooperação, assim o relatório poderá ser
1500 divulgado, que esse seria o encaminhamento. A conselheira **Vera Paiva (CFP)**
1501 perguntou a conselheira Helena Martins se poderiam antes de completar o relatório,
1502 fazer um Sumário Executivo, uma notícia de um parágrafo e a conselheira **Helena**
1503 **Martins (INTERVOZES)** respondeu que sim. Ressaltou que o sumário traria pelo
1504 menos as questões mais urgentes. Caso não houvesse consenso entorno da divulgação
1505 do Relatório, este não seria divulgado. A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** acha que
1506 seria o mais adequado fazer um resumo executivo, com as principais medidas. O
1507 conselheiro **Carlos Magno (ABGLT)** acredita que seria interessante a divulgação dessa
1508 missão do Conselho e acha que a sociedade civil tem que saber que o CNDH esteve lá.
1509 O Coordenador-Geral **Cledisson Junior (CNDH-SDH)** sugeriu que o GT produzisse
1510 um Sumário Executivo e encaminhe via lista, para que a Secretaria de Direitos
1511 Humanos, fizesse a divulgação. A conselheira **Helena Martins (INTERVOZES)**
1512 justificou dizendo que em todas as matérias que foram feitas sobre a visita do GT,
1513 estavam descritas que o CNDH iria produzir um relatório sobre a visita, então haveria
1514 uma expectativa forte em torno da divulgação. O conselheiro **Carlos Magno (ABGLT)**



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

1515 seguiu para o próximo ponto de pauta que trata da ADI 2404, sobre a multa para as
1516 emissoras que desrespeitarem a classificação indicativa dos programas de televisão,
1517 vinculando conteúdo em horário inapropriado. O conselheiro **Mário Dittício (MJ)**
1518 pediu desculpas por não ter podido participar da discussão do PL do terrorismo, pois
1519 teve um compromisso no Ministério da Justiça e não pode comparecer. Disse que sabem
1520 da repercussão que esse PL causou, principalmente pelo regime de urgência que foi
1521 estabelecido pela Presidenta da República. Informou que o Ministério da Justiça desde o
1522 começo tentou criar um projeto de lei que aproveitasse os tipos já constantes do código
1523 penal e principalmente para garantir a ressalva às manifestações e ao legítimo exercício
1524 da liberdade de expressão. Disse que no Senado Federal o texto se transformou em algo
1525 bem ruim, teve tipificações ampliadas de uma maneira para além do devido e a retirada
1526 da excludente da tipicidade relativa às manifestações sociais. A Presidenta da República
1527 optou por manter o regime de urgência, não é algo que caiba ao Ministério da Justiça
1528 acordar ou não. Disse ainda que o debate legislativo ainda não se encerrou, a partir da
1529 segunda-feira começaria a trancar a pauta da Câmara dos Deputados. O texto que veio
1530 do Senado, que é bem ruim, mereceria ser rejeitado pela Câmara e existe ainda a
1531 possibilidade de veto por parte da Presidenta da República de alguns pontos que forem
1532 contrários ao interesse público. Ressaltou que o projeto de lei tipifica os casos de
1533 terrorismo no caso de ação motivada por preconceito de raça, cor e xenofobia, com a
1534 finalidade de causar terror. Explicou que esses quatro elementos tem que ser conjugados
1535 para que a lei de fato possa ser aplicada. Pediu o registro em ata a posição do Ministério
1536 da Justiça, que entende a posição da Presidenta da República quanto ao pedido de
1537 urgência e que esse PL nasceu depois de segurarem durante muito tempo a elaboração
1538 de um projeto de lei do terrorismo, por pressão da comunidade internacional. Disse
1539 ainda que o Brasil é o único país do G 20 que não tem uma legislação antiterrorismo. O
1540 conselheiro **Darci Frigo (DHESCA)** disse que o Conselho espera que em função da
1541 deliberação, o Ministério da Justiça agora contribua com a reunião com o Governo para
1542 que o Conselho possa debater e que o cenário não é razoável para implementarem uma
1543 legislação como essa neste momento. O conselheiro **Carlos Magno (ABGLT)** deu
1544 prosseguimento ao ponto de pauta que trata da classificação indicativa. A conselheira
1545 **Helena Martins (INTERVOZES)** relatou que a classificação indicativa é um
1546 instrumento adotado em diversos países e um dos poucos instrumentos de regulação da
1547 mídia existente no Brasil. Disse que a classificação indicativa possui um grande apoio
1548 da sociedade, pois protege crianças da exposição de conteúdos violentos. No entanto,
1549 desde que o mecanismo foi criado, o setor empresarial tem se reportado a ele como mais
1550 uma censura, tendo ingressado com uma ação no STF. A ADI 2404 pede a revogação de
1551 um artigo do ECA que garante a classificação indicativa. O julgamento teve um voto
1552 contra a ADI do Ministro Fachin, na qual ressaltou que a liberdade de imprensa não é
1553 superior a outras liberdades e a outros direitos. Disse que a votação no Supremo foi
1554 suspensa com o pedido de vistas do Ministro Teori Zavascki. Sugeriu que fosse
1555 publicada uma nota do CNDH em defesa da classificação indicativa, como também uma
1556 visita ao STF, para dialogar com os Ministros que ainda não votaram e a realização de
1557 uma Audiência Pública das entidades em parceria com o CONANDA. A Coordenadora
1558 da Secretaria Nacional de Política dos Direitos da Criança e do Adolescente **Carolina**
1559 **Brandão (SNPDCA/SDH)** disse que quando a ADI2404 entrou na pauta do STF, a
1560 Secretaria de Direitos Humanos, junto com o MJ e a AGU, foram em grupo ao STF e



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

1561 realizaram uma incidência direta com Ministros, resultando em uma resposta positiva. O
1562 Primeiro Ministro visitado foi o Edson Fachin explicando que a classificação indicativa
1563 não é uma censura e sim uma orientação. Em seguida foi realizada uma visita á Ministra
1564 Rosa Weber que também demonstrou bastante sensibilidade à causa. A conselheira
1565 **Helena Martins (INTERVOZES)** relatou que também a PGR está participando dessa
1566 articulação, inclusive com ações do conselheiro Aurélio Rios. A conselheira **Silvana**
1567 **Abramo (CNJ)** disse que o impacto dessa ADI é brutal e ressaltou a força da ABERT e
1568 do poder econômico envolvido nessa medida. A questão da classificação indicativa
1569 também reflete na questão do trabalho infantil, dos excesso de liberação com base no
1570 trabalho artístico. A ABERT também entrou com uma ADI no STF questionando a
1571 Justiça do Trabalho, pois estava limitando as autorizações. Disse que seria muito
1572 oportuna a visita ao Supremo, pois envolve também o uso da criança pela mídia e
1573 colocou-se a disposição para essa incidência. A conselheira **Helena Martins**
1574 **(INTERVOZES)** disse que mesmo o relator Ministro Luzi Fux, tem demonstrado uma
1575 mudança de visão em relação à regulação da mídia, expressado em seu voto sobre a lei
1576 sobre as regras pra a TV paga. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** sugeriu que se
1577 preparasse um memorial com a posição do Direito comparado, com a situação em
1578 outros países, pois os Ministros têm produzido bons votos calcados no Direito
1579 comparado. A Coordenadora da Secretaria Nacional de Política dos Direitos da Criança
1580 e do Adolescente **Carolina Brandão (SNPDCA/SDH)** disse acreditar que os Ministros
1581 já possuem essa material, pois o Ministro Fachin usou várias referências ao Direito
1582 comparado e normas internacionais pra sustentar o seu voto. O conselheiro **Carlos**
1583 **Magno (ABGLT)** passou para o próximo ponto de pauta que trata sobre o debate
1584 organizativo sobre planejamento estratégico. O conselheiro **Darci Frigo (DHESCA)**
1585 lembrou do relato da chacina em Fortaleza e solicitou que a Comissão analisasse o caso
1586 e definisse se irá realizar uma missão à Fortaleza. A conselheira **Lurdinha Nunes**
1587 **(MNDH)** reforçou o entendimento do conselheiro Darci Frigo e questionou quais os
1588 encaminhamento foram realizados em relação a denúncia da rebelião no presídio de
1589 Londrina. O Coordenador geral do CNDH **Cledisson Junior (CNDH/SDH)** disse que
1590 não foi dado nenhum encaminhamento. E também sugeriu que o caso das mortes em
1591 Fortaleza seja tratado pela Comissão. O conselheiro **Leonildo Monteiro (MNPR)**
1592 lembrou que as chacinas têm ocorrido em todos os estados e por isso todas deveriam ser
1593 acompanhadas pela Comissão de Segurança Pública. Reforçou a sua denúncia de
1594 violações dentro do presídio de Londrina, onde o diretor da unidade disse que ninguém
1595 terá acesso para verificar as condições. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)**
1596 perguntou se existe no Paraná o Comitê Estadual de Proteção e Combate a Tortura, pois
1597 o mecanismo nacional ou estadual podem entrar em qualquer estabelecimento de
1598 privação de liberdade, inclusive sem agendar. A conselheira **Lurdinha Nunes (MNDH)**
1599 também relatou o caso do Piauí em que o delegado de Direitos Humanos e Práticas
1600 Discriminatórias, acompanhado por um médico legista, foram proibidos de entrar no
1601 presídio. O conselheiro **Leonildo Monteiro (MNPR)** disse que participantes do
1602 Encontro da População de Rua estão respondendo processo por desacato e mais outras
1603 duas acusações, quando de fato sofreram violência da polícia. Pediu o auxílio dos
1604 membros do Conselho na resolução dessa situação. A conselheira **Lurdinha Nunes**
1605 **(MNDH)** apresentou um áudio em que os representantes de direitos humanos foram
1606 impedidos de entrar no presídio do Piauí. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)**



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

1607 sugeriu que o Conselho enviasse imediatamente ao Procurador Geral de Justiça,
1608 pedindo que apure as responsabilidades, inclusive com a informação de que o juiz deu
1609 uma ordem que não foi cumprida. A proposta foi aprovada. O Coordenador-Geral
1610 **Cledisson Junior (CNDH-SDH)** solicitou que o relato seja encaminhado via lista do
1611 CNDH, pois teria um despacho com o Secretário na segunda-feira, para promover os
1612 encaminhamento. A conselheira **Lurdinha Nunes (MNDH)** disse que tinha
1613 encaminhado documentação sobre os casos de tortura no Piauí. O Coordenador Geral
1614 do CNDH **Cledisson Junior (CNDH-SDH)** destacou que a questão de Londrina foi
1615 debatida na última reunião e ficou de ser apreciado na reunião da Comissão da
1616 População em privação de Liberdade, o que não ocorreu. Confirmou então que o
1617 encaminhamento é o envio de um ofício para a Procuradoria Geral da Justiça do estado
1618 do Piauí e ao Governador do Estado do Piauí. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)**
1619 perguntou se ofício sairia na segunda-feira, o que foi confirmado pelo Coordenador,
1620 sendo encerrada a reunião Plenária.